

GETULIO

Nº 04

Ano 1 Julho de 2007 R$ 8,00

ENTREVISTA: GLAUCO ARBIX

O BRASIL DIANTE DO DESAFIO DA INOVAÇÃO

Carlos Guilherme Mota celebra Raymundo Faoro

ISSN 1980-5780

FGV

DEBATE: A POLÍTICA FISCAL DEVE INCENTIVAR A INOVAÇÃO?
ÍNDIA E BRASIL, PARCEIROS OU CONCORRENTES?

GV*LAW.*
AS LEIS DO DIREITO VISTAS DO MELHOR ÂNGULO: O DE QUEM ESTÁ POR DENTRO DO MERCADO.

O GV*law* da Fundação Getulio Vargas oferece cursos de especialização e educação continuada em diversas áreas do Direito, aliando o ensino jurídico à experiência de mercado nas áreas de economia, finanças, contabilidade e administração. Tudo isso com o objetivo de proporcionar uma formação sólida e completa para profissionais empreendedores que buscam uma visão mais ampla do universo jurídico.
GV*law:* Rua Rocha, 233 – Bela Vista – São Paulo – SP (f. 3281-3330)

FGV
GVlaw
www.gvlaw.com.br

INOVAR É PRECISO, QUE O FUTURO TEM PRESSA!

Vamos à luta pois o futuro tem pressa!". Foi com essa expressão que o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, concluiu seu discurso de posse no início de maio deste ano. Em sua fala, o economista empregou quatorze vezes a palavra "inovação". E este é o conceito aglutinador em volta do qual pensamos esse número 4 de *Getulio*, que você agora começa a ler.

Na entrevista, Glauco Arbix, professor de sociologia da Universidade de São Paulo, discute a inovação, objeto de seu trabalho de livre-docência publicado recentemente em livro: *Inovar ou inovar: a indústria brasileira entre o passado e o futuro*. Arbix é direto: o governo pode não ser desenvolvimentista à moda antiga, mas deve apresentar estratégias para o país. E ele diz isso com a autoridade de quem participou do governo atual presidindo o IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e como coordenador do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, diretor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV-RJ, também fala de inovação em seu artigo. Ele defende que inovar é pensar simples e sugere reformas específicas nos programas sociais para que se tornem, de fato, redistributivos e permitam a mobilidade social.

Já para Mario Schapiro, coordenador e professor da Especialização em Direito Econômico do GV*law*, o processo de inovação requer aprendizado com erros e investir recursos para retornos incertos. Mas as instituições jurídicas podem melhorar, e muito, esse cenário, afirma em seu artigo "O Direito entre as certezas e incertezas da inovação".

O tema recorrente na fala e nas propostas do novo presidente do BNDES é também o assunto do debate proposto para esta edição. "A política fiscal deve ser instrumento de incentivo à inovação tecnológica?" foi a pergunta que colocamos para Marcos Cintra, economista e vice-presidente da FGV, e para a advogada e consultora da PriceWaterhouse Coopers, professora do GV*law*, Elidie Palma Bifano. É legítimo fornecer isenções fiscais às empresas para que modernizem a produção, dêem um passo rumo à inovação tecnológica e se tornem mais competitivas? Cintra e Bifano têm pontos de vistas distintos sobre incentivos, mas defendem o uso de instrumentos para fomentar o progresso tecnológico, pois concordam que o futuro tem pressa.

Os jornalistas Sérgio Praça e Beatriz Rey ouviram especialistas como o diretor científico da Fapesp, Carlos Henrique de Brito Cruz; o professor do Departamento de Engenharia de Produção da Poli-USP, Mario Salerno; Carlos Pacheco, secretário adjunto de Desenvolvimento do Estado de São Paulo; e o presidente da Brasscom e do IBCD, Antonio Gil, para a reportagem de capa desta edição. Uma leitura de fôlego que começa na página 14.

Na seção "Homenagem", o historiador Carlos Guilherme Mota rende tributo a Raymundo Faoro e seu clássico, *Os Donos do Poder*. Sem titulação acadêmica, Faoro nos revelou outro Brasil, ensina Mota. Outros livros são os que fizeram a cabeça de Maria Hermínia Tavares de Almeida, professora da FFLCH-USP e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política: confira na seção "Biblioteca". Na seção "Em foco", apresentamos a jovem advogada Mônica Guise, pesquisadora da Direito GV. Mônica estuda relações comerciais, propriedade intelectual e o papel das patentes para a inovação

Em seu tempo, Lygia Clark e Jean Michel Basquiat foram inovadores. Por um desses casos fortuitos, em recente exposição no MoMA, o Museum of Modern Art de Nova York, se encontravam, lado a lado, obras do dionisíaco e caótico artista nova-iorquino, filho de mãe porto-riquenha e pai haitiano, e esculturas retilíneas e cerebrais da contida e apolínea não-artista mineira. Esse "encontro" serviu de pretexto para que o escritor gaúcho Alfredo Aquino cometesse um ligeiro devaneio – e é com esse texto também inovador que nos despedimos. Até nosso próximo encontro, em setembro. Falaremos então de propostas emergentes do novo urbanismo. Até lá!

Leandro Silveira Pereira

FGV

Fundação Getulio Vargas
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das ciências sociais, particularmente economia e administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável

Sede: Praia de Botafogo, 190 – cep 22250-900 – Rio de Janeiro – rj
ou Caixa Postal 62.591 – cep 22257-970 – Tel.: (21) 2559-6000

Primeiro-Presidente e fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Julio de Almeida Senna e Nestor Jost.

Getulio
ISSN: 1980-5780
revistagetulio@fgvsp.br

Publisher: Leandro Silveira Pereira
Editor: Carlos Costa
Editor-assistente: Sérgio Praça
Editor de arte: Marcos Ribeiro
Design Gráfico e editoração eletrônica: André Spinelli
Ilustração da capa: Marcelo Garutti
Fotografia: Tiana Chinelli
Colaboraram nesse número: Carmo Chagas (edição de texto), José Batista Carvalho (revisão), Andreza da Silva Mendonça Caetano, Nik (ilustrações), Ivone Perez (fotografia), Alfredo Aquino, Beatriz Rey, Camila Mamede, Camila Ploennes, Carlos Guilherme Mota, Diogo Coutinho, Elidie Palma Bifano, Emerson Fabiani, Fábio Ferreira Durço, José Eduardo Faria, Gabriel Kwak, Luísa Pécora, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Maria Lúcia Pádua Lima, Marcos Cintra, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Mario Gomes Schapiro.
Jornalista responsável: Carlos Roberto da Costa (MTPS 11.862)

Direito GV
Diretor: Ary Oswaldo Mattos Filho
Vice-Diretor acadêmico: Antonio Angarita
Vice-Diretor administrativo: Paulo Goldschmidt

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIREITO GV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

FGV GVlaw

GVlaw
Coordenador: Leandro Silveira Pereira

www.gvlaw.com.br

Endereço Direito GV:
Rua Rocha, 233 – 01330-000
São Paulo – sp
Tel.: 3281-3333

Impressão e Acabamento:
Globo Cochrane Gráfica e Editora.

SUMÁRIO

03 **Apresentação: Inovar é preciso, que o futuro tem pressa!**
Por Leandro Silveira Pereira

06 **Cartas: repercussões de Getulio 3 e o site da revista no ar**

08 **Notas curtas: notícias do mundo do direito**

10 **Conjuntura: Índia e Brasil, parceiros ou concorrentes?**
Por Fábio Villares

14 **Reportagem: os caminhos da inovação**
Por Sérgio Praça e Beatriz Rey

19 **Vida acadêmica: teses que apontam novos caminhos**

20 **Em foco: Mônica Guise, pesquisadora de olhar atento**
Por Camila Mamede

24 **Nem desenvolvimentismo nem inação**
Entrevista com Glauco Arbix

32 **Depoimento: Inovar é pensar simples**
Por Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

36 **O Direito entre as certezas e incertezas da inovação**
Por Mario Gomes Schapiro

40 **Debate: A política fiscal deve ser instrumento de incentivo à inovação tecnológica?**
Por Marcos Cintra e Elidie Palma Bifano

44 **Biblioteca: livros que fizeram minha cabeça**
Por Maria Hermínia Tavares de Almeida

46 **Homenagem: Raymundo Faoro e a descoberta de outro Brasil**
Por Carlos Guilherme Mota

52 **FGV-Opinião: a pesquisa que faz a diferença**
Por Carlos Costa

56 **Profissão: taxista – histórias urbanas**
Por Beatriz Rey

62 **A conversa paradoxal de L e B em Nova York**
Por Alfredo Aquino

66 **Relaxe: o caos aéreo é o custo do sucesso**
Por Carlos Costa



Glauco Arbix, professor de sociologia da Universidade de São Paulo, autor do livro *Inovar ou Inovar: a Indústria Brasileira entre o Passado e o Futuro*, é o personagem da entrevista desta edição. Na capa, seu retratado assinado pelo artista plástico Marcelo Garutti, a partir de fotografia de Tiana Chinelli, é parte da série de citações dos portraits do pintor Francis Bacon (1909-1992).

GV*LAW.*
CURSOS CORPORATIVOS COM O ENFOQUE IDEAL: O DA SUA EMPRESA.

Para lidar com a instabilidade no mundo dos negócios e se manter competitivas, as empresas precisam de colaboradores cada vez mais preparados. Os cursos corporativos do GV*law* levam novas tendências e uma educação continuada e sob medida para organizações públicas e privadas. O corpo docente é composto por renomados especialistas e as empresas podem solicitar um diagnóstico prévio para avaliação de suas necessidades e elaboração de um programa personalizado.
GV*law:* Rua Rocha, 233 – Bela Vista – São Paulo – SP (f. 3281-3330)

FGV
GVlaw
www.gvlaw.com.br

CARTAS

ALGUNS DOS E-MAILS, CARTAS, ELOGIOS E PEDIDOS DE CORREÇÃO ENVIADOS À REDAÇÃO DE *GETULIO*:

A entrevista de Sergio Adorno

Só resta elogiar a afirmação do professor de que, no caso da descriminalização da droga, ele é a favor do debate, na entrevista concedida à revista, no nº 3. É hora de deixarmos de esconder nossas mazelas embaixo do tapete e discutir, debater os temas que nos incomodam, como esse de liberar as drogas, ou o aborto, ou qualquer tema. Discutir não é apoiar, mas dar ocasião a reflexões criativas.

Israel Boumany, São Paulo, SP

Economista de formação, cumprimento a FGV pela qualidade da revista *Getulio*, sobretudo pela criatividade em fazer o link do Direito com outras áreas da atividade humana, social e econômica. Ao ler a matéria de capa do nº 3, não poderia deixar de comentar, embora não pretenda polemizar com o entrevistado, mas utilizo as mesmas palavras do emérito professor Sergio Adorno para chegar a uma conclusão diferente de que a "violência segue a rota da riqueza". Na pág. 23, Adorno informa que "No bairro onde moro, por exemplo, há uma taxa de três homicídios por 100 mil habitantes. A taxa média do Brasil é de 27 homicídios. Então, vivo num bairro protegido. Posso sair e ser assaltado, mas a chance é pequena. Se for para o sul da cidade de São Paulo, as chances aumentam, pois lá falta tudo: urbanização, iluminação, posto de saúde, posto policial, a presença das instituições". Como podemos observar, no bairro mais afortunado a violência é menor. Começa a se formar um consenso na sociedade de que as origens da violência atualmente vivida no Brasil provêm da alta concentração de renda, desigualdades e impunidade.

Antonio Rego Filho, São Paulo, SP

Elogios e agradecimentos

Registro minha satisfação ao receber o exemplar nº 3 dessa revista, cuja qualidade demonstra que a mesma veio para permanecer, acrescentando valor para aqueles que apreciam as letras jurídicas. Parabéns.

Leonel Martins Bispo, Pactum Consultoria, Belo Horizonte, MG

Agradeço o envio da *Getulio* e parabenizo o GV*law* pela feliz iniciativa, que, por certo, será de inegável valia para os estudiosos do Direito.

Desembargador Estevam Maia, Tribunal de Justiça do Distrito Federal

Acusamos o recebimento da interessante *Getulio*, que gentilmente nos foi enviada, destacando o seu valioso conteúdo, que, acreditamos, irá conquistar um significativo espaço no meio a que se destina, pela própria qualidade do material e acessibilidade às informações.

Ivens Dias Branco, Presidente, M. Dias Branco, Fortaleza, CE

O SITE DE NOSSA REVISTA!

A boa notícia: no ar a partir do dia 17 de julho, o site de Getulio promete novidades. Para começar, haverá um espaço para sugestões, comentários e críticas. O leitor poderá complementar alguma história, dar o seu depoimento, criticar ou salientar pontos importantes levantados por nossos articulistas e colaboradores. Além, claro, de postar textos ou sugerir teses em defesa, artigos que leu em outras publicações. Ou participar do debate da edição. E também encaminhar textos que considere oportunos para a revista. Claro que o nosso e-mail continua à sua disposição para os mesmos fins: criticar, elogiar, sugerir. Mas a idéia é unificar esses comentários, dando visibilidade a eles no próprio site. Anote o endereço eletrônico **www.fgv.br/revistagetulio** e mande logo sua mensagem.



agência3

MESTRADO PROFISSIONAL FGV



FAÇA COMO A FGV, SEJA REFERÊNCIA QUANDO O ASSUNTO É ECONOMIA.

MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA E DIREITO

Para os profissionais graduados nas áreas do Direito e Economia, com experiência de mercado e que necessitam de amplos e sólidos conhecimentos teóricos e aplicados no contexto do seu campo profissional de atuação.

Conheça os nossos outros cursos de mestrado profissional: Mestrado Profissional em Finanças e Economia Empresarial e Mestrado Profissional em Economia das Políticas Públicas.

www.gv.br/economia

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

EESP
Escola de Economia de São Paulo

NOTAS CURTAS

A ambição desmedida do Google

Se Jorge Luis Borges fosse munido de um scanner, paciência e sua imaginária biblioteca de Babel, da qual constam todos os livros, provavelmente faria algo parecido com o que a empresa Google começou em 2005: a digitalização de todas as obras do mundo. O escritor argentino, se bem-sucedido na impossível tarefa, precisaria se armar juridicamente para enfrentar grandes editoras e autores organizados.

A jornada do Google só foi possível graças a parcerias firmadas com as principais editoras e bibliotecas de universidades como Oxford, Harvard e Stanford. A empresa ganhou assim o direito de começar a disponibilizar milhares de livros – de lançamentos a raríssimos documentos – online. Mas mesmo os aliados parecem duvidar do sonho da Alexandria do Google.

O primeiro processo contra a empresa foi aberto em 19 de outubro de 2005. Partiu de editoras parceiras no projeto – como a Penguin, apoiadas pelo principal sindicato das editoras americanas –, que reconhecem o benefício que a nova ferramenta de busca traria a suas vendas. Potenciais consumidores poderiam folhear livros e comprá-los sem sair de casa.

Logo, o Authors Guild (correspondente a um sindicato de escritores) também entrou na briga. Possuíam a mesma queixa das editoras: eram contra a digitalização dos milhares de livros protegidos por direitos autorais. Em sua defesa o Google disponibiliza apenas trechos desses livros. O usuário só tem acesso total aos livros que estão em domínio público.

Todos esses livros podem ser divididos em três categorias: a) livros ainda em circulação e em domínio público b) obras ainda em circulação e protegidas por direitos autorais e c) livros já esgotados, mas ainda sob proteção dos direitos autorais. Estes últimos são maioria e representam a dor de cabeça jurídica do Google.

A empresa provavelmente tentará propor um acordo antes do julgamento dos casos. Se estiver disposta a pagar qualquer valor, resolverá duas questões: os processos não mais a atingirão e qualquer concorrência será eliminada. Como esse projeto é pioneiro, se o Google concordar em pagar para exibir os livros sob proteção autoral, qualquer outro concorrente já deverá estar conformado com o preço que pagará.

Quantos são todos os livros?

É impossível saber ao certo quantos livros há no planeta. O mais extenso catálogo de bibliotecas, WorldCat, conecta digitalmente 25 mil acervos ao redor do mundo – segundo esse site, o número gira em torno de 32 milhões. Como o Google pretende escanear todos os livros já publicados, essa é sua estimativa. Isso levará tempo, ao menos dez anos, segundo cálculos da própria empresa. Para não danificar as obras, o trabalho é feito artesanalmente. Às vezes dedos de funcionários são flagrados em cantos de páginas.

Não se sabe quanto já foi ou será gasto nesse projeto. Em 2005, a Microsoft propôs-se a escanear 100 mil livros da coleção da British Library, empregando para isso 2 milhões e meio de dólares. Por essa medida, uma simples regra de três revela: digitalizar os 32 milhões de livros custaria 800 milhões de dólares. Vale lembrar que o Google já dispôs do dobro disso para obter o site Youtube: 1,65 bilhão de dólares.

zero oitocentos - sete sete cinco dois oito dois oito

_o telefone de assinaturas da revista pra quem gosta de ler.



já nas bancas

revista piauí

_pra quem tem um parafuso a mais.





BRASIL E ÍNDIA: PARCERIA OU COMPETIÇÃO?

O diretor do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais aponta as estratégias da política indiana que se refletem nas negociações da aliança Sul-Sul

Por Fábio Villares

Embora não seja líder na sua região, a Índia é uma potência criada a partir da quebra do Império Inglês. Uma obra imperialista que, pelo jeito, deu certo. E um dos grandes diferenciais da Índia hoje é a forma como os ingleses estruturaram sua colonização. Algo que os próprios indianos admitem.

A criação de um Fórum Índia-África do Sul-Brasil começou ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de unir três líderes de zonas periféricas no que seria o eixo das relações Sul–Sul em vez de Norte–Sul. Das rodadas desse fórum nasceu o livro *Índia, Brasil e África do Sul: Perspectivas e Alianças*, coordenado por mim e publicado ano passado. Fui à Índia uma vez, mas é um país a que gostaria de voltar. É encantador.

Claro, historicamente a Índia não era um país, mas vários povos e culturas que passaram por diferentes ocupações ao longo dos séculos. Na altura do século XVIII, empresas britânicas tinham domínio sobre partes de territórios, como Bangladesh, Bengala, Calcutá ou Bombaim. Até que, no século XIX, os ingleses decidiram: "Agora é o governo inglês que tomará conta disso". Só que, diferentemente das colônias latino-americanas, colonizadas há mais tempo, com fluxo de imigrantes e funcionários ibéricos, na Índia havia uma população enorme e o processo de imigração do colono inglês fora direcionado antes para a América do Norte ou para a Austrália.

Outra diferença com a colonização sul-americana: os ingleses não tiveram a pretensão de evangelizar os hindus, ao contrário do que fizeram espanhóis e portugueses. Então, como dominar toda aquela área, com uma grande população estratificada? A administração inglesa foi negociando acordos com os marajás, os líderes de cada região, em vez de impor um domínio único sobre todo o território – que, diga-se, tem quase a mesma extensão da Argentina.

Sem quadros para compor a administração, formaram uma burocracia local a seu serviço, com o seguinte princípio: "São ingleses na língua, ingleses nos valores, ingleses nas competências, mas indianos de nascença". Assim, o império britânico instituiu uma série de ações por mérito e competência. Criou, não pela religião, mas pela língua e pelos valores, uma nova "casta" – casta com a abertura da ascensão pelo mérito. O modelo foi tão bem-sucedido que muitos desses burocratas, alguns formados nas escolas da Inglaterra, terminaram ocupando cargos de destaque nas colônias inglesas da África, por exemplo.

A escolha de um idioma global

A Índia foi mercado para os manufaturados produzidos pela revolução industrial inglesa, mas também formou uma incipiente elite capitalista industrial. Um dos representantes dessa elite foi o famoso Jamsetji Tata, fundador do Grupo Tata em 1868. Pioneiro em várias áreas da economia, Jamsetji construiu a primeira siderúrgica, a primeira usina hidrelétrica e as primeiras fábricas de tecido e de cimento. Hoje a Tata Steel é a quinta maior siderúrgica do mundo e entre seus muitos negócios tem uma empresa de software no Brasil, a Tata Consultancy Services (TCS).

O domínio britânico favoreceu o crescimento de um capitalismo nacional, já ativo no começo do século XX. Filhos dessa elite foram estudar na Inglaterra, trazendo dali habilidades que depois se traduziram na malha ferroviária, nas tecelagens, nas siderúrgicas. E, quando a colônia se emancipou, a preocupação do primeiro-ministro Jawaharlal Nehru e das lideranças indianas foi o modo como o país passaria a ter um Parlamento democrático. A Índia era um vice-reino e tinha um Parlamento com algum poder de decisão. Livres dos ingleses, passaram por vários processos, como o da criação do Paquistão, as longas levas de migração interna para reacomodar as etnias, e a escolha do idioma oficial.

O hindustani é falado por cerca de 700 milhões de indianos. À época, foi proposto como o idioma oficial, o que os grupos minoritários rejeitaram. Decidiram, então, que o inglês seria a língua do Parlamento. Na década de 60, decidiu-se que o inglês, o hindustani e todas as outras línguas seriam oficiais. Ao manter o inglês, de algum modo a Índia se antecipava à inserção global. Hoje a tiragem dos jornais diários de língua inglesa na Índia é de alguma coisa em torno 800 mil e todos eles estão na internet.

Nehru tinha um discurso de paz e amizade com os países do entorno e uma grande preocupação com o desenvolvimento. Descobriu que o avanço científico era fundamental no projeto do país e percebeu que não estava entre amigos quando os chineses invadiram o Tibete e se apossaram de partes da Índia. Por outro lado, há a tensão permanente com o Paquistão. Essa condição levou o país a investir em ciência e tecnologia. Criaram-se dez ou 12 centros especializados em áreas diferentes. Um deles, fundamental, foi o de energia nuclear. Contaram para isso com o apoio da Rússia, em um momento no qual a China começava a virar uma ameaça para a União Soviética.

Os indianos sempre foram bons em matemática e em química. No caso das patentes farmacêuticas, disseram: "Opa, em questão de remédio para saúde pública, não vamos seguir as leis de patentes". Investiram forte, puseram muita gente em escolas de química e bioquímica do mundo inteiro. Hoje o Brasil faz ali compras na ordem de 200, 300 milhões de dólares por ano em remédio para combater a aids. O maior grupo farmacêutico indiano, o Ranbaxy, tem fábrica no Brasil e forte presença no mundo inteiro no ramo dos genéricos. Do ponto de vista da indústria farmacêutica, desenvolvem produtos de primeira qualidade. Se não estão no time da fronteira científica, dos inovadores, são o que se denomina de *fast followers*, seguem rapidamente o que os laboratórios de ponta produzem. Como têm custo de produção reduzido, podem dizer: "Deixo vencer a patente do remédio, faço e não tem para ninguém".

Se não estão na fronteira científica dos inovadores, são o que se denomina de fast followers, seguem rápido o que os laboratórios de ponta produzem

O nicho de serviços de mão-de-obra intensiva

Mas não é tanto por aí que se explica o sucesso da Índia. Se a China se especializou e concentrou na área da manufatura de baixo preço, invadindo o mundo com bons produtos de baixo preço, a Índia se especializa na prestação de serviços baratos. Claro, ela tem alta tecnologia, mas tem os *call centers*, o turismo médico, a expertise em serviços contábeis. Como resultado da revolução da Tecnologia da Informação, hoje não é preciso realizar o trabalho no mesmo local em que se presta o serviço. Então, o que a China é para o setor manufatureiro, a Índia é para o setor de serviços: revolucionou o chamado serviço de *back office*, burocrático, e os serviços de atendimento de longa distância.

Há uns 15 anos, a General Electric terceirizou para a Irlanda seu serviço de contabilidade, uma prestação que emprega muita mão-de-obra, por ser registro a registro. Quando a Irlanda deixou de ser competitiva, esse trabalho foi repassado para a Índia. Aí, além da vantagem de falar inglês, há a cultura da burocracia dos tempos coloniais, com os protocolos e procedimentos ingleses. Não precisa nem traduzir o manual de operação. Quando fui diretor

de assuntos internacionais e corporativos da Natura, acompanhei o que é o processo de traduzir folhetos: além de custoso gera demora e dá muito trabalho.

Eles têm uma agricultura mais antiquada que a brasileira, e é isso que segura as pessoas no campo, senão a migração para os grandes centros seria um desastre

Prestação a muito baixo custo

Pode surpreender, mas o custo de um engenheiro na Índia, o que ganha mais impostos, é de 9 mil dólares por ano. A moeda é desvalorizada e os preços relativos muito mais baratos. Ao contrário do Brasil, lá as importações é que são caras. Eles têm 1 milhão de pessoas trabalhando em atendimento a distância. Ganharam fama de craques e se especializaram nesse serviço, como na área de informática das empresas e novos processos. São excelentes em matemática, informática e engenharia em geral. Dominam esse mercado e exportam empresas. O Grupo Tata é hoje a segunda maior empresa na área de serviços de informática e, como se disse, está presente no Brasil com a TCS, contrata brasileiros para dar apoio aqui, mas a maior parte do trabalho é feita lá, a preços mais baixos. O Brasil forma 40 mil engenheiros por ano. A China, 150 mil. A Índia forma 400 mil. Tudo bem, pode até ser que grande parte desses egressos não é boa. Mas 20% de 400 mil é 80 mil. E os 40 mil engenheiros formados aqui são todos bons?

Quando visitei o país, fiquei envergonhado com a qualidade acadêmica das escolas e da burocracia indiana. Eles são extremamente capazes. No meu campo, que é Economia, os estudiosos sabem, na ponta da língua, a teoria econômica de Adam Smith, David Ricardo, Marx, Schumpeter, passando por todas as teorias desenvolvimentistas.

Hoje existem 40 mil médicos de origem indiana trabalhando e pesquisando nos EUA. Também por isso, a Índia exporta turismo médico: se alguém hoje nos EUA precisar de uma cirurgia cardíaca, que custa 60 mil dólares, poderá esperar oito meses na fila. Certamente a companhia de seguro irá propor a intervenção, no prazo de uma semana, na Índia. Um vôo em primeira classe levará a uma clínica com padrão norte-americano, médicos e enfermeiros que estudaram e trabalharam nos EUA. E o acompanhante será acomodado em um confortável hotel ao lado. Tudo a um custo de, digamos, 15 mil dólares. Tudo o que é intensivo em mão-de-obra eles estão pegando para si. Outro exemplo: os laboratórios de análises clínicas na Inglaterra hoje colhem o material, colocam num serviço de entrega rápida, tipo DHL, no outro dia de manhã chega à Índia, fazem os testes, pelo fuso horário no mesmo dia o médico recebe os resultados em Londres.

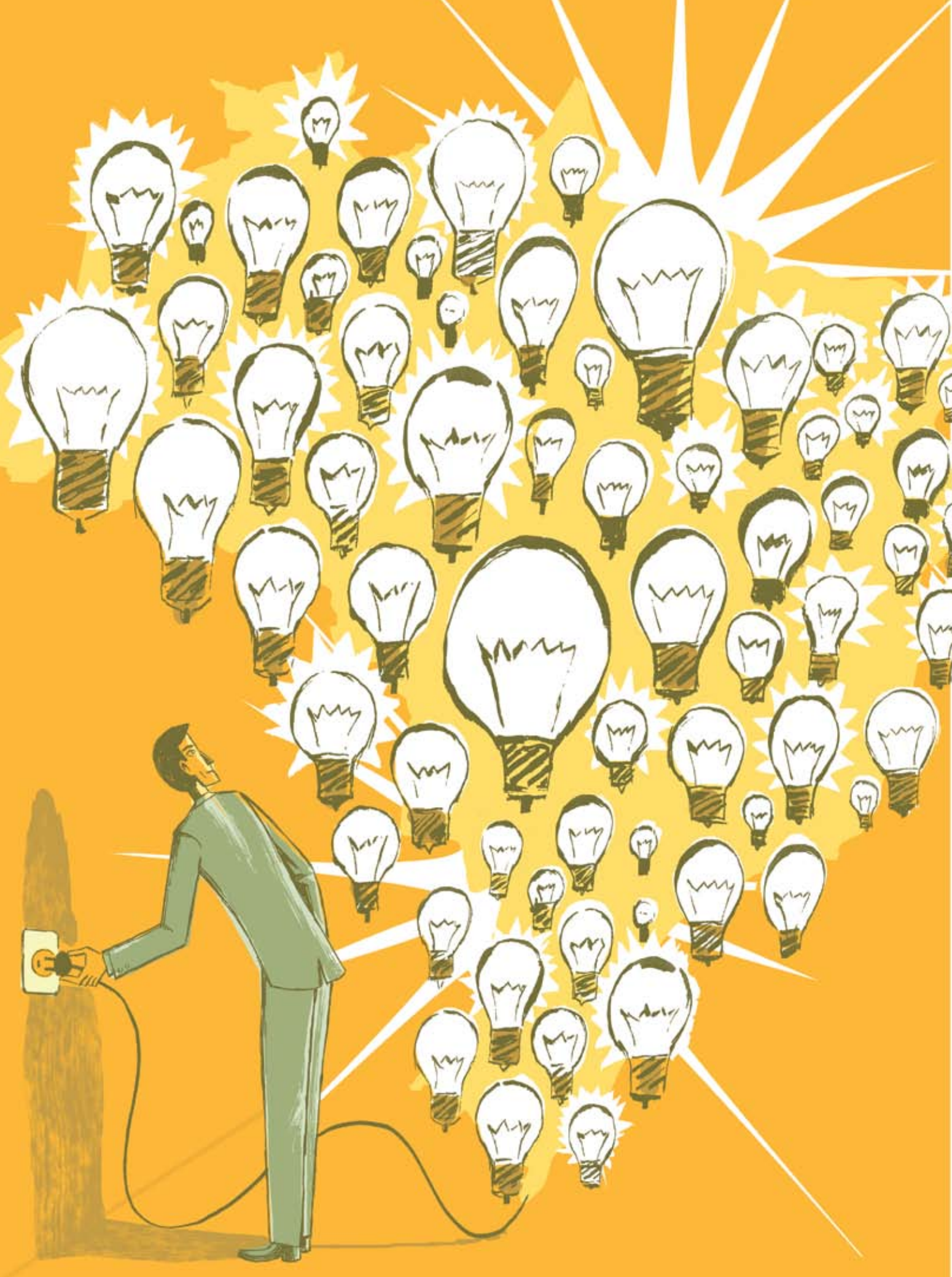
Afinal, parceiros ou concorrentes?

Há espaço para uma efetiva parceria entre a Índia e o Brasil? Isso foi algo que discutimos no livro *Índia, Brasil e África do Sul*. Sinceramente vejo pouco espaço. A Índia está muito mais ligada ao mundo anglo-saxão e à sua região. Está longe, não temos rotas, não temos o que trocar. Talvez coubesse uma parceria ligada à tecnologia no setor agrícola. A Índia será o maior produtor de açúcar este ano. Só que ela não exporta. É o maior produtor de castanha de caju, de manga. Ou seja, ela produz quase tudo o que o Brasil oferece na área agrícola. Eles têm uma agricultura mais antiquada que a brasileira, e é isso que segura as pessoas no campo, senão a migração para os grandes centros seria um desastre. Há cerca de 25 milhões de indianos ou de origem indiana que remetem cerca de US$ 25 bilhões por ano para seus familiares na Índia, a maioria camponeses. É como se fosse uma espécie de bolsa-família privada, algo como mil dólares por pessoa ao ano. E 80 dólares por mês lá é muito dinheiro.

Considero pouco provável que haja parceria entre os dois países que não seja absolutamente pontual. Mas não parceria estratégica e de longo prazo, a não ser em algum momento no âmbito da OMC e da ONU – alianças que existem por interesses comuns que, uma vez alcançados, se dissolvem.

O trabalho de aproximação com a Índia respondeu a uma tentativa de pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. No âmbito da OMC, a centralização do G-20 foi um grande feito. As rodadas de Doha e as negociações na questão dos remédios contra a aids são outro ponto positivo da parceria. Mas Índia e Brasil não têm os mesmos interesses de mercado, não se vê qualquer vantagem superior às das negociações com os Estados Unidos e a União Européia. Mais do que parceiros, são concorrentes do Brasil.

(Depoimento transcrito de entrevista a Carlos Costa e Camila Ploennes)



QUANTO DEMORA O FUTURO?

Especialistas avaliam o lento, mas positivo, impacto da lei de inovação tecnológica e como as empresas devem agir para melhorar o relacionamento fundamental com universidades



Por Sérgio Praça e Beatriz Rey

Erra tanto quem se ufana da modernidade brasileira como quem se envergonha de nosso atraso. Acerta quem se conscientiza de que, no terreno da inovação, os avanços consistentes demandam tempo de maturação. O Brasil está avançando? De certo modo, sim, considerando que somos o oitavo maior mercado do mundo em software e serviços de tecnologia avançada. Mas não se pensarmos que há uma preocupante defasagem entre a boa evolução de nossa ciência e a cultura ainda insatisfatória de nossas empresas.

Mário Salerno, professor do Departamento de Engenharia de Produção da USP, observa que a China começou a priorizar inovação tecnológica em 1987. "Alguém ouvia falar dos chineses em 1985?", pergunta. "Foi de cinco anos para cá que conhecemos a China como potência." O tempo de consolidação é inerente ao processo de inovação tecnológica. Salerno cita a França, que estabeleceu sua lei de inovação em 2004 e, por enquanto, ainda não apresentou nenhuma avaliação de retorno. "O Japão implementou um plano de inovação chamado 'Innovation 25' com projeções de resultados para 2025". No Brasil, a Lei Federal de Inovação Tecnológica é também de 2004. Depreende-se daí que "os resultados só serão sentidos de verdade daqui a 10 ou 15 anos", de acordo com Salerno.

A aprovação da Lei de Inovação teve que seguir o curso natural das tramitações no Legislativo, um processo inevitavelmente lento acompanhado de perto por Carlos Pacheco, atual secretário-adjunto de Desenvolvimento do governo de São Paulo. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, Pacheco era o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia. Nessa condição, conta Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Pacheco se tornou "o principal entusiasta do projeto da Lei de Inovação. Ele idealizou, montou, foi ao Congresso, se entendeu com os deputados".

Na análise de Brito Cruz, a discussão da inovação tecnológica foi iniciada no Brasil com pelo menos nove anos de atraso: "A agenda brasileira de ciência e tecnologia deveria ter entrado na pauta em 1990, quando houve a abertura da economia. Com a abertura, a competição aumentou, e só podia sobreviver a indústria que tivesse qualidade".

A explicação da lentidão, para Brito Cruz, "está em outro elemento da vida brasileira que fazia com que a indústria não percebesse o assunto da inovação tecnológica: a instabilidade econômica". As empresas concentravam todos os seus esforços no fechamento das contas de cada semana, no giro vertiginoso da ciranda financeira. Planejamento, inovação e outros itens que exigem ações e investimentos a longo prazo tiveram

que ficar para depois de 1994, quando o Plano Real trouxe o fim da hiperinflação.

"Adotamos a idéia de que a inovação é essencialmente uma ação da empresa", observa Carlos Pacheco. "A inovação é diferente de descoberta. A empresa é o principal ator da inovação, mas ela depende da ação de outros agentes, como os centros de pesquisa, as universidades, os fornecedores das empresas, os fornecedores de capital, de componentes, os laboratórios que trabalham com sistemas metodológicos e controle de qualidade e conformidade."

"O impacto das universidades na sociedade, por intermédio dos estudantes que elas formam, é infinitamente maior do que o impacto de descobertas, de invenções", afirma Brito Cruz

Ainda de acordo com Pacheco, "o sistema de inovação é a interação desses diversos atores. O que a Lei de Inovação propõe é tentar melhorar o funcionamento desse sistema, reduzindo barreiras que atrapalham a relação entre setor público e setor privado". Em sintonia com sua concepção, a lei desempenha o papel essencial de facilitar, por exemplo, o licenciamento de patentes e o uso de laboratórios públicos.

Entre a concepção e a aprovação da lei, vieram os acréscimos e ajustes inerentes à tramitação pela Câmara dos Deputados. Nesse trâmite, recorda Pacheco, "foi acrescentada a questão referente aos instrumentos de subvenção econômica do setor privado". Procurava-se reduzir o risco de o governo subvencionar, sozinho, o desenvolvimento de tecnologia do setor privado.

Criou-se a possibilidade de usar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. "A lei não especifica nada, simplesmente autoriza o governo federal a subvencionar o esforço privado em pesquisa e desenvolvimento", esclarece Pacheco, que cita: "Serão disponibilizados recursos orçamentários do FNDCT/Subvenção Econômica, na categoria econômica Despesas Correntes, no valor total de até R$ 300 milhões, para aplicação em três anos". A lei estabelece que devem ser observadas "orientações de distribuição de recursos no processo de avaliação em relação aos temas priorizados, ao porte das empresas e à localização geográfica das empresas".

Pacheco afirma que "a subvenção foi importante, porque beneficiou muito a sociedade, mas o maior benefício da lei foi ter chamado a atenção de todos para a importância da inovação. Criamos um debate nacional que mobilizou empresas, instituições e universidades para esse tema. Não era um assunto presente na agenda pública".

Posta na agenda dos temas nacionais relevantes, a inovação teve ainda que esperar que se desatasse a passagem do governo FHC para o governo Lula. A economia ficou travada, a cotação do dólar disparou, os investimentos nacionais e internacionais estagnaram. Nesse contexto, natural que a Lei de Inovação, mandada aos parlamentares em 2002, pouco ou nada andasse nas comissões técnicas.

Outro fator que retardou o andamento da lei, observa Pacheco, foi a resistência interposta pelo Ministério de Ciência e Tecnologia no início do governo Lula: "Houve um ministro, durante um período curto e controverso, que era contra a Lei de Inovação. Mas era uma pessoa isolada no governo, todos eram favoráveis".

Universidades contra empresas?

"É preciso beijar muitos sapos para achar um príncipe", diz Art Fry, o funcionário da empresa 3M responsável pela invenção do *post-it*. Pode parecer esquisito que a criação de algo tão simples como um pedaço de papel amarelado com um pouco de cola tenha exigido horas e horas e horas de trabalho e centenas de idéias descartadas. Mas inovar é errar. O importante, como dizia Antonio Palocci sem perceber a ironia, é cometer erros novos, aprendendo com os anteriores. Isso exige dinheiro. As empresas estão dispostas a alocar parte do orçamento para errar? O normal é que um engravatado torça o nariz para isso. Afinal, poderia dizer, a competição globalizada exige eficiência. Coisa que vem com cobranças e planilhas e funcionários engolindo sapos de chefes. Mais do que enfiá-los às goelas dos subordinados, é necessário investir nos sapos aos quais Fry se refere. Chefes sovinas, orçamentos engessados? Que usem as universidades, algo que a lei de inovação tecnológica incentiva.

Como outros estudiosos do assunto, Salerno está seguro de que não ocorreu atrito entre universidade e empresas por causa da nova legislação: "Há um afastamento natural entre universidade e empresas".

Outro perigo às vezes mencionado, o de crescimento de uma visão

utilitarista da universidade, merece reflexão, de acordo com Carlos Henrique de Brito Cruz. "Essa perspectiva diminui o papel da universidade como um lugar de fazer boa educação superior, um lugar que busca o progresso do conhecimento humano, em favor de esperar resultados úteis de impacto imediato para a indústria ou para a sociedade."

Segundo o diretor científico da Fapesp, "a universidade faz e sempre fez, no Brasil e no mundo, muitas atividades que têm impacto imediato na sociedade. E deve continuar fazendo. Então, não se trata de não fazer isso, mas de não perder de vista que ela só poderá fazer contribuições que tenham impacto imediato se tiver um compromisso com a boa educação e com o avanço do conhecimento. Porque esse compromisso com o avanço, associado à boa educação, permite que surjam idéias relevantes".

Brito Cruz cita dois exemplos de criações universitárias que resultaram em benefícios imediatos para a sociedade: "Um pesquisador da USP de Ribeirão Preto fez um experimento com quinze pacientes que sofrem de *diabetes mellitus*, doença chamada de diabete juvenil. Fazendo um procedimento que vem dos resultados de pesquisa dele, de transplante de medula usando também células-tronco, esse pesquisador conseguiu que, dos quinze pacientes, treze não precisassem mais tomar insulina. Isso tem impacto imediato enorme. Esse pesquisador está no caminho de achar um jeito de curar a diabetes! Por que ele foi capaz de fazer isso? Porque a vida dele é estudar assuntos fundamentais em biologia relacionada com a saúde. Ele vive e trabalha num ambiente onde se estudam as coisas aparentemente mais desinteressadas possíveis, sobre o sangue humano, sobre o ser humano, sobre a biologia, etc."

Outro exemplo interessante foi o desenvolvimento das fibras óticas na Unicamp há trinta anos. "Aquilo foi feito com empresas. Uma parte empresa estatal, que era a Telebrás, outra parte empresas privadas. Por que foi possível fazer? Porque se estava em um ambiente que tinha contato com a fronteira do conhecimento, ou seja, tinha contato com a pesquisa desinteressada, com muita gente inteligente, com bons estudantes educados nesses processos, nesses projetos", diz Brito Cruz. "A grande contribuição da universidade para a sociedade são os estudantes que ela forma. Todo o resto que a universidade faz é pequeno, comparado com a educação que oferece aos estudantes, se for uma boa universidade, que alia a pesquisa ao ensino. O impacto das universidades na sociedade, por intermédio dos estudantes que elas formam, é infinitamente maior do que o impacto de descobertas, de invenções, de patentes licenciadas."

Trabalhos como esses, afirma o especialista, credenciam o meio científico brasileiro, que tem crescido significativamente, nos últimos tempos. "Quem fez a Embrapa tornar poderoso o agro-negócio brasileiro? Foram engenheiros e cientistas formados na USP, na Unicamp, em Viçosa. Quando se fala da Petrobras, aparecem a Universidade Federal de Ouro Preto, a Federal da Bahia." Ele estende sua análise à indústria automobilística e à indústria aeronáutica, sempre com o foco no trabalho de formação desempenhado pelas universidades.

Inovar é errar. O importante é cometer erros novos, aprendendo com os anteriores. Mas isso exige tempo e dinheiro das empresas...

Até dez anos atrás, as universidades brasileiras formavam menos de 5 mil doutores por ano. Hoje são mais de dez mil doutores por ano. A produção científica aumentou na mesma proporção. Até 1980, os pesquisadores brasileiros publicavam cerca de dois mil artigos por ano em revistas científicas internacionais. Hoje publicam em torno de 14 mil artigos anualmente.

Pelo lado científico, como se vê, pode-se considerar que o Brasil dispõe de material humano capacitado e numeroso para acompanhar os avanços da inovação tecnológica do mundo moderno. O problema está no lado empresarial, pois ainda é insuficiente – para não dizer insignificante – a pesquisa realizada no âmbito interno das empresas. Carlos Pacheco atenta para o fato de as empresas estarem naturalmente dentro de um ambiente caracterizado pela demanda crescente por inovação. "Melhorar esse ambiente é também ajudar a empresa a fazer inovação", afirma ele. Como protagonista da criação da Lei de Inovação, Pacheco observa que a lei não tem a expectativa de que a universidade vá resolver o problemas das firmas, "mas sim de que, com a lei, as empresas sejam estimuladas elas mesmas a realizarem pesquisas".

No ambiente macroeconômico atual, de câmbio muito valorizado, necessariamente as empresas têm que se tornar mais competitivas. A conseqüência, segundo Pacheco, é

que "para se defender desse câmbio as empresas sejam motivadas a fazer um esforço de inovação maior. O câmbio facilita a importação de máquinas e a modernização da cultura industrial, mas ao mesmo tempo tira a competitividade no mercado internacional. Exigirá das empresas mais e mais segurança".

Antonio Gil, presidente da Brasscom (Associação Brasileira das Empresas de Software e Serviços para Exportação) e do Instituto Brasileiro para Convergência Digital, observa que a tecnologia da informação (TI) "é hoje um elemento absolutamente indispensável para qualquer empresa, instituição e governo. Já era antes e agora, na era da internet, é muito mais". Ao fazer a transição da cultura analógica para a cultura digital, as empresas brasileiras – como o restante do país – travaram conhecimento com a base da indústria TI.

"O dispositivo de tecnologia do futuro será pessoal. Um celular que ao mesmo tempo seja computador e tocador de mp3, por exemplo, e que as pessoas possam usar em qualquer lugar", afirma Gil. Nesse contexto, as empresas aos poucos se dão conta do extraordinário potencial de utilização da indústria de TI.

A indústria de software e serviços movimentou no mundo, em 2006, 1 trilhão e 200 bilhões de dólares. É nesse mercado que o Brasil está bem, como o oitavo maior do mundo. Instituições de amparo à pesquisa têm contribuído de maneira expressiva para esse resultado, como a Fapesp em que Brito Cruz trabalha. Ele explica que tanto estabelece parceria como dá apoio direto a empresas em projetos de inovação.

Como exemplo, cita o programa destinado a apoiar projetos de pesquisa em pequenas empresas, com menos de 100 empregados: "Boa parte delas são empresas *startups*, em que o indivíduo tem uma idéia e quer desenvolvê-la empresarialmente." Esse programa já financiou 660 projetos desde 1998, mais do que um por semana, nas contas de Brito Cruz: "No ano passado, a Fapesp aprovou três por semana, sempre projetos de pequenas empresas. Uma delas entrou no nosso programa, pegou o primeiro projeto faturando 5 milhões de reais por ano e depois de três anos estava faturando 100 milhões com aquilo que desenvolveu". Essa foi uma empresa de Campinas, a Asga, que fabrica equipamentos para telecomunicações.

"Para se defender do câmbio valorizado, as empresas são motivadas a fazer um esforço de inovação maior. O câmbio facilita a modernização da cultura industrial, mas ao mesmo tempo tira a competitividade no mercado internacional", diz Carlos Pacheco

Outra forma de apoio se destina aos projetos de parceria universidade-empresa para pesquisa. Segundo Brito Cruz, o portfólio contém cerca de uma centena desses projetos, às vezes com empresas de grande projeção, como a Natura, a Microsoft Research e a Telefonica.

"Estamos fazendo várias outras colaborações que são muito importantes, porque criam a oportunidade para o pesquisador da universidade e os estudantes se envolverem em projetos de pesquisa de objeto da empresa e, ao mesmo tempo, serem financiados pela empresa. É um co-financiamento", esclarece Brito Cruz. Existe um movimento rumo à inovação. Está mais adiantado nos meios científicos, mas começa a pegar impulso no meio empresarial.

Mas se as empresas ainda enfrentam entraves burocráticos e jurídicos que dificultam a rapidez – basta observar quantos dias demoramos para abrir firmas, contratar, demitir –, alguns problemas parecem ser mais culturais do que institucionais. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, "a educação básica nos níveis fundamental e médio terá a carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar". Quatro horas de estudo por dia. Segundo Linsu Kim, no livro *Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coréia* (Ed. da Unicamp, 2005), "os alunos coreanos passam horas, todos os dias depois das aulas, envolvidos com programas de ensino complementar a fim de criarem uma base sólida. O hábito de estudar 10 a 12 horas por dia não lhes é estranho". Em ranking recente da *The Economist* que avalia quais economias serão as mais inovadoras nos próximos quatro anos, a Coréia do Sul figura em 17º lugar e o Brasil em 48º. Deve ser coincidência.

VIDA ACADÊMICA

Teses e dissertações que apontam novos caminhos

Uma análise etnográfica do sistema de justiça brasileiro

A reforma do sistema de justiça no Brasil foi o objeto de estudo de Jacqueline Sinhoretto em sua tese de doutorado "Ir Aonde o Povo Está: Etnografia de uma Reforma da Justiça." Por meio de um estudo etnográfico dos Centros de Integração e Cidadania, observou as dificuldades para implementar uma reforma institucional e concluiu que o ideal reformista continuará inalcançável enquanto houver disputas internas. O trabalho foi orientado por Sérgio Adorno e apresentado em novembro de 2006 à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo a uma banca examinadora composta por Marcos César Alvarez, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Luís Roberto Cardoso de Oliveira e Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer.

Jacqueline Sinhoretto optou por uma abordagem empírica da reforma, fundamentada em um estudo etnográfico da criação e implantação do programa dos Centros de Integração e Cidadania (CIC). Iniciado pelo Governo do Estado de São Paulo em 1996, o CIC pretendia universalizar os direitos humanos por meio da melhoria do acesso à justiça e à segurança pública em áreas da periferia da cidade de São Paulo. O programa resulta de parcerias entre as secretarias de governo, o Ministério Público, o Poder Judiciário e outras organizações, sendo a participação popular prevista por meio de conselhos.

A autora elaborou a descrição espacial, demográfica e social dos distritos em que estão localizadas as unidades do CIC escolhidas para análise, por meio de indicadores sociais relativos à segurança e ao acesso à justiça. As unidades selecionadas estão em regiões periféricas, em terrenos contíguos a conjuntos habitacionais. Em sua argüição, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, do Departamento de Antropologia da USP, destacou a ausência de uma reflexão mais cuidadosa sobre o que é etnografia. Schritzmeyer acredita que "o trabalho de campo etnográfico deve ser discutido detalhadamente em seus diferentes alcances e limitações."

Em 2005, Sinhoretto participou de uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais que analisou 336 formulários de atendimentos de conflitos nos postos do CIC nas zonas leste, oeste e sul da cidade. O Poder Judiciário foi a instância buscada para a resolução de 54,7% das situações observadas, por meio de audiências de conciliação, instrução e julgamento. A partir desses dados, Sinhoretto aferiu que a mediação de conflitos indica a importância do ritual judiciário para o domínio do direito estatal e para a realização de uma justiça democrática, igualitária e eqüidistante. Entretanto, observou que a expansão dos serviços de justiça à periferia não é suficiente para eliminar diferenças entre classes: o acesso à justiça ainda não é distribuído igualmente. Segundo a autora, o pluralismo jurídico proposto no modelo do CIC foi inovador e auxiliou a resolução de conflitos econômicos, mas revelou um desinteresse sistemático pela proteção à violência.

Sinhoretto conclui que disputas internas à burocracia distanciaram o programa governamental de seus objetivos, o que ilustra a dificuldade para implementar uma reforma institucional apoiada por agentes externos. "Apesar disso, o programa encontra eco em estratégias profissionais que defendem a democratização interna das instituições e do acesso à justiça", afirma.

Os CIC, assim como os juizados especiais, foram imaginados como resposta à necessidade de expandir o Estado de direito e relações de cidadania. Cientistas sociais observando o funcionamento da justiça criminal indicam continuidades impregnadas na cultura jurídica e nas práticas dos operadores jurídicos. Essa observação pode ser aplicada à análise conduzida por Sinhoretto sobre a reforma proposta pelo CIC, apesar de o sistema de justiça atual não ser o mesmo dos anos 80, quando foram realizados os primeiros estudos sobre esse tema. Se antes a aproximação do Judiciário das classes populares era utópica, agora é uma pauta de agendas internas das instituições. Sinhoretto apresenta ainda uma revisão bibliográfica sobre o sistema de justiça brasileiro, com o intuito de discutir as reformas propostas. Para tanto identificou os principais autores, interpretações e divisões internas do campo da sociologia do Direito. A professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer destacou a pesquisa cuidadosa como "um excelente texto a ser adotado em sala de aula por qualquer professor que deseje apresentar a seus alunos o leque de temas e metodologias da área."



PESQUISADORA DE PÉS VERMELHOS

Com um olho atento em pesquisas relevantes para o futuro, Mônica Guise estuda relações comerciais, propriedade intelectual e o papel das patentes para a inovação

Por Camila Mamede
Foto Tiana Chinelli

O tom tranqüilo na voz de Mônica Guise engana o interlocutor desatento. Ainda guarda um sotaque sulista, de uma região em que passou a maior parte de sua vida. No Paraná viveu até sua graduação em Direito, na Universidade Estadual de Londrina. Em Santa Catarina lecionou na Universidade Federal, defendeu sua dissertação de mestrado e especializou-se em Direito e Negócios Internacionais. De volta ao Paraná, lecionou ainda por seis meses em Curitiba. Vive há quase dois anos em São Paulo, onde a vida continua atribulada: é pesquisadora da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas e doutoranda em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Mônica nunca quis advogar, apesar de ter estagiado durante dois anos no Fórum de Londrina, na Promotoria Cível. "A lentidão da Justiça é extremamente frustrante." O doutorado que realiza no momento lhe permite vislumbrar seu futuro na área acadêmica. "Nunca senti nada parecido com o que sinto por lecionar. Posso ter tido o pior dia da minha vida, mas se entro em uma sala de aula me sinto revigorada". A dedicação ao doutorado tem de competir com seu trabalho na Fundação Getulio Vargas. Recentemente ela e outras pesquisadoras receberam uma proposta de projeto sobre pirataria de medicamentos, em parceria com o Instituto Max Planck, de Munique. Se o tempo parece curto para tantas tarefas, Mônica não vê motivos para se queixar e já pensa no conhecimento que irá adquirir.

Ela demorou a descobrir o Direito como carreira. Frisa o fato de ter os "pés vermelhos", referência ao solo rubro característico de Londrina, a cidade onde nasceu, e do norte do Paraná. Após terminar o segundo ano do ensino médio, em 1995, morou por um ano em Kenora, no Canadá. "É essencial sair do país, ter outras experiências e aprender muito bem uma segunda língua." Ingressou no curso de Direito da Universidade Estadual de Londrina em 1998.

"Ao longo do curso nunca fui muito apaixonada pelo Direito. Todo ano eu pensava em largar. Ficava um mês sem ir às aulas." No quarto ano, porém, Mônica descobriu o Direito Internacional, área à qual se dedica até hoje. "Meu desinteresse era reflexo de um curso que não motiva o aluno. Os professores davam aulas muito tradicionais." No quinto ano fascinou-se também por pesquisa, graças ao trabalho de conclusão de curso. Considera seu estudo sobre o Tribunal Penal Internacional uma porta de entrada para o mundo do Direito. "Tive uma ótima orientadora, Akemi Borcezzi, que me incentivou muito a fazer um bom trabalho e me ensinou a pesquisar."

Graças a uma proposta de trabalho, Mônica colou grau antes de sua turma. No dia seguinte mudou-se para

Florianópolis. A convite do professor Luiz Otavio Pimentel, foi trabalhar na reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, no Escritório de Propriedade Intelectual. Mônica conheceu Pimentel em um congresso da Organização dos Estados Americanos, no qual ela havia sido tradutora. "Sou muito grata a ele por ter me apresentado esse ramo, que está crescendo exponencialmente. A propriedade intelectual é um dos futuros do Direito." Pimentel orientou sua especialização *lato sensu* em Direito e Negócios Internacionais intitulada "Patentes, licenças compulsórias e o acesso a medicamentos", na Universidade Federal de Santa Catarina.

O direito ao conhecimento

Assim que chegou à Universidade Federal de Santa Catarina, em 2003, Mônica soube de um concurso para uma vaga de professor substituto na disciplina de Direito Comercial. A possibilidade atraiu-a imediatamente. Ela lecionava desde os 15 anos. Durante sua graduação, as aulas eram de inglês, o idioma que aperfeiçoara durante o intercâmbio. "Além de estar em um curso que não me motivava muito, trabalhava o dia inteiro com algo diferente do que estudava à noite." Mônica não se sentia segura para lecionar sobre uma matéria à qual não se dedicara durante a faculdade. "Então me tranquei em um escritório da reitoria durante três dias e estudei tudo o que não tinha estudado em Direito Comercial." Ela passou no concurso e lecionou durante dois anos não somente no curso de Direito, mas até em Engenharia Elétrica e em Comunicação e Expressão Visual. "Descobri que minha grande paixão é lecionar."

No final de 2003 iniciou o mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina. Sua dissertação "Comércio Internacional, Patentes e Saúde Pública" foi orientada por Luiz Otavio Pimentel. Em dezembro de 2004 mudou-se para Curitiba. Até a metade de 2005, lecionou na Faculdade Metropolitana de Curitiba e na Faculdade Internacional de Curitiba. Durante esse período na nova cidade casou-se com o noivo que conhecera em Florianópolis durante o mestrado.

Porém, devido a uma proposta da Fundação Getulio Vargas, Mônica mudou-se mais uma vez de cidade. Participa de dois projetos oficiais da Escola de Direito de São Paulo, além de alguns paralelos. O primeiro é o Projeto Pontes, coordenado por Michelle Ratton Sanchez e fruto de uma parceria da FGV com o International Center for Trade and Sustainable Developtment (ICTSD), sediado em Genebra. "A publicação pretende realizar um elo entre o comércio e o desenvolvimento sustentável, tanto em matéria de meio ambiente quanto de direitos humanos." Para acompanhar negociações que ocorrem no âmbito multilateral, não bastava cobrir a Organização Mundial do Comércio. Para que a importantíssima dimensão regional não fosse ignorada, foram organizadas parcerias na França, na América Central e no Brasil. Mônica é a editora do *Pontes*, cujo foco é o Mercosul. Há duas edições, uma quinzenal e online, disponível em http://www.ictsd.org/monthly/pontes, e uma bimestral, impressa.

O segundo projeto de que Mônica participa é intitulado A2K (Access to Knowledge). Trata-se de uma parceria com a Universidade de Yale e com o Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, que cuida da questão de direito autoral. "Um aspecto que o grupo estuda é o problema de cópias de publicações. O que diz a legislação brasileira sobre reproduzir um capítulo de um livro ou xerocar na íntegra um livro já esgotado? Nem todos os países têm a mesma abordagem." Em São Paulo, a pesquisa engloba a área do Direito Industrial e Mônica é responsável por um foco ao acesso a medicamentos, na área de patentes e saúde. "Conhecimento é o maior ativo que qualquer país pode ter hoje. Não adianta uma política de acesso universal a medicamentos sem que o país desenvolva uma política nacional sólida de inovação." Para Mônica, a patente é necessária porque incentiva empresas e indústrias a investir em inovação. No caso do licenciamento compulsório do medicamento Efavirenz, do laboratório Merck Sharp & Dohme, vê a ação do governo brasileiro como ousada, porém necessária. "O Brasil tem adotado uma postura de liderança no cenário internacional em prol do desenvolvimento. Era hora de o país tomar um posicionamento, porque quando a licença compulsória é apenas um instrumento de pressão, em algum momento perde sua eficácia." Entretanto, alerta para a moderação. "A licença é perfeitamente legal e regulada pela OMC, desde que se cumpram requisitos básicos, como negociar antes com o detentor da patente."

Não adianta uma política de acesso iniversal a medicamentos sem que o país desenvolva uma política nacional sólida de inovação

VIDA ACADÊMICA

Teses e dissertações que apontam novos caminhos

Como reformar o ensino jurídico no Brasil

O que significa estudar Direito hoje? Para responder a essa questão, Fábio Costa Sá e Silva defendeu a dissertação de mestrado "Ensino jurídico, um tesouro a descobrir. A construção de alternativas pedagógicas a partir da reforma do ensino jurídico (e jurídico-penal)" na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. O autor descobriu que o aluno de Direito tem de confrontar a crise da modernidade e as demandas por novas formas de sociabilidade e práticas advocatícias. Em sua pesquisa, problematizou também a reforma do ensino jurídico no Brasil, realizando um recorte que foca o ensino penal por meio de um estudo de caso do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários da Universidade Católica de Pelotas.

Orientado por José Geraldo de Sousa Júnior, Sá e Silva apresentou seu trabalho no início de 2007 a uma banca composta por Alexandre Bernardino Costa, Roberto Armando Ramos de Aguiar e José Eduardo Faria. Este último elogiou o enfoque dado às orientações doutrinárias dos currículos. "O autor foi corajoso ao buscar um tema que envolve orientações políticas e realizar um mapeamento de orientações subjacentes à reforma do ensino jurídico." Faria destaca também a relação interdisciplinar que Sá e Silva estabeleceu entre Direito e Psicologia, fornecendo uma análise que interage com outros campos raramente associados ao mundo jurídico.

Sá e Silva propôs a constituição de um campo de pensamento denominado "Metodologia do Ensino do Direito." Por meio da observação, análise e sistematização de práticas pedagógicas transgressoras, o campo tem como objetivo atualizar as formas de produção do conhecimento jurídico, subsidiando assim iniciativas de reforma. Estudos teóricos e empíricos também devem mobilizar novas abordagens e categorias que interpelam o futuro das práticas pedagógicas em Direito e que incitam setores descontentes a mudanças. A expressão "Um tesouro a descobrir", presente no título da dissertação, remete ao Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da Unesco no Brasil, publicado em 1996.

Para responder à sua indagação principal – o que significa estudar Direito hoje –, Fábio Costa Sá e Silva propôs três etapas: contextualizar o Direito, compreender a educação como formação de sujeitos e romper com o monopólio dos juristas no conhecimento e na definição de seu objeto de estudo. Para formular um conceito de Direito como prática social, baseou-se em uma abordagem dialética apoiada em três autores: o jurista Roberto Lyra Filho, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos e o jurista Luís Alberto Warat.

A dissertação também foca o ensino jurídico na área penal. Sá e Silva, paralelamente ao mestrado, trabalhou na concepção e implementação de políticas públicas para a melhoria do sistema penitenciário federal. "Convenci-me de que as crises que vivemos ao longo de 2006 após os ataques do PCC expressam uma crise da administração dos conflitos por meio do Direito Estatal Científico", considera o autor. Concluiu que há a necessidade de um modelo de ensino que amplie os cânones da formação dos estudantes em quatro vertentes: a) conexão com saberes criminológicos contemporâneos, b) conexão com saberes políticos, c) diálogo entre a teoria e a prática e d) despertar da alteridade.

Buscando identificar as condições e possibilidades para a elaboração de projetos de formação em Direito que dialogassem com essas exigências, realizou dois estudos, um teórico, outro empírico. O primeiro trata de novas diretrizes curriculares e seu processo de elaboração, na tentativa de sistematizar suas conquistas. A pesquisa empírica foi um estudo de caso da prática pedagógica do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (Gitep) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Observando práticas do Gitep, como a do estágio curricular supervisionado, Sá e Silva concluiu que essa prática proporciona maior contato dos alunos com a realidade social. "Colocados frente a uma realidade como a do presídio, deixam que os limites de sua formação se tornem mais evidentes e em melhores condições de serem retrabalhados pedagogicamente", afirma. Fábio Costa Sá e Silva admite, entretanto, que todas as análises realizadas resultam em representações não muito concretas, que dificultam conclusões claras.



ENTREVISTA

GLAUCO ARBIX

NEM DESENVOLVIMENTISMO NEM INAÇÃO

Sociólogo elogia a elite industrial brasileira que consegue inovar apesar dos obstáculos e afirma: o governo pode não ser desenvolvimentista à moda antiga, mas deve apresentar estratégias para o país

Por Sérgio Praça e Mario Gomes Schapiro
Fotos Tiana Chinelli

Glauco Arbix é um prolífico pesquisador na área que ele mesmo chama de sociologia econômica, em um especialista em política industrial e inovação tecnológica. Apesar das instituições que nos governam e dos constrangimentos jurídicos dos quais há muito sabemos, Arbix é um otimista. Enxerga na "mistura positiva" entre universidades e empresas uma das saídas para o desenvolvimento do país. Afirma que a Apple, talvez a empresa mais inovadora do momento, poderia ser brasileira – sem tom de deboche, sem risada jocosa.

Professor de sociologia da Universidade de São Paulo, defendeu recentemente a livre-docência, penúltimo degrau da escadaria acadêmica, com a tese "Inovar ou Inovar: a Indústria Brasileira entre o Passado e o Futuro" (Ed. Papagaio, 192 págs.). "Não posso sugerir que todo professor universitário faça um estágio em Brasília, mas seria produtivo para eles perceber que existem orçamentos, constrangimentos jurídicos, instituições obsoletas. O mundo das idéias não é todo-poderoso. A realidade dá um banho em nós!"

Participou do governo Lula como presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, e como coordenador do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. "Lá descobri várias coisas que talvez as crianças do primário saibam melhor do que professores universitários: o Brasil é muito grande e pensamos pequeno", conta Arbix. "Percebi a triste irrelevância de nossas universidades para a formulação de políticas públicas, especialmente na área industrial."

Atualmente coordenando uma pesquisa para a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, ligada ao Ministério do Desenvolvimento, realizada no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento trata de analisar as estratégias de inovação tecnológica em sete países, Canadá, Estados Unidos, Finlândia, França, Irlanda, Reino Unido e Japão. "Ou o Brasil trabalha com o que há de melhor no mundo nessa área ou estará fadado a reproduzir atividades de segunda categoria. Precisamos estudar os países de primeira classe e aprender com as experiências deles."

Por que o tema da inovação tecnológica é tão importante no Brasil hoje?

O Brasil é carente de inovação. O esforço de inovação que algumas empresas, universidades e centros de pesquisa desenvolvem não oferece um retorno à altura. Não há garantia de que as energias depositadas em processos inovadores serão recompensadas. A inovação trata de idéias que se tornam realidade no mercado, que não permanecem na gaveta. No Brasil, como em qualquer outro país, milhares de idéias surgem a cada minuto e não se transformam em bens comerciais. A inovação é um produto, um bem, um processo, um sistema, uma marca colocada no mercado e que depende do crivo da população. Os consumidores podem assimilar a idéia ou rejeitá-la. Uma inovação é toda idéia colocada no mercado que oferece um retorno a quem a colocou. Senão se trata apenas de boas intenções. Para transformar uma idéia em um bem que pode ser comercializado é necessário usar criatividade, sensibilidade, talento, ou seja, um arsenal intimamente ligado ao acúmulo de conhecimento individual. Para que a empresa, a indústria, a agricultura ou os serviços brasileiros sejam mais inovadores, eles têm de utilizar o conhecimento de maneira mais intensiva.



Há grande identificação imediata de inovação com a idéia de algo high-tech, de alta tecnologia.

É uma visão equivocada. A alta tecnologia também pode oferecer inovação, mas considero inovadores os processos que dinamizam a economia. Podem ser tecnológicos ou não. A Apple é uma das empresas mais inovadoras do mundo. O iTunes, sistema de vendas da Apple, oferece a oportunidade de, pela internet, você encontrar a música de que gosta, fazer um download e colocar no seu iPod. A Apple não inventou a internet, o sistema de download, a música ou o computador. Criou o iTunes e vendeu 5 bilhões de músicas nos últimos três anos. Quebrou a idéia de comprar um disco com diversas canções se você só gosta de uma. Quantas vezes não compramos um livro porque precisamos ler um capítulo? Não há um sistema parecido com o iTunes, que oferece apenas as páginas de que eu preciso. Ao permitir a possibilidade de fazer download de uma música específica, a Apple trabalhou com conhecimento já dado. Vi uma palestra de um representante da empresa em Nova York e ele dizia que o display do iPod foi desenvolvido originalmente pelo Ministério de Defesa para fins militares. A bateria de lítio que permite usar o aparelho por oito horas sem parar foi desenvolvida pelo Ministério de Minas e Energia. O software que permite trabalhar com música e imagem foi desenvolvido por uma empresa indiana. O que é exatamente a Apple? É a marca e a habilidade de combinar o conhecimento que estava à disposição.

"Combinar o conhecimento à disposição" pode lembrar pirataria?

A China é um exemplo interessante. Investe em pesquisa tecnológica, publica muito em revistas acadêmicas de peso em áreas críticas como tecnologia. Mas, assim como o Brasil, não domina nenhuma área de vanguarda. Cresce assustadoramente o investimento em engenharia, o investimento ligado à utilização diferenciada de conhecimento já dado. Se alguém desenvolve um produto em San Francisco, em Paris, em Tóquio, os chineses imediatamente o reproduzem com um grau de sofisticação elevado. Nas ruas de Beijing compram-se tênis Nike por 30% do preço, feitos pela mesma empresa que fornece para a Nike. Os tênis têm a mesma qualidade, usam o mesmo material e a mesma técnica, só não têm a marca famosa. Há um tipo de absorção do conhecimento na cópia que é extremamente positivo para a economia. Não estou discutindo a propriedade intelectual: é obviamente necessário dar o crédito. Não defendo a pirataria.

A customização é um tipo de inovação?

Claro, porque as empresas que fazem isso são obrigadas a pensar. Na esmagadora maioria das teses universitárias, o conhecimento novo está na

forma um pouco diferente com que você organiza o que outros já fizeram. Há sempre quem executa mudanças mais radicais e profundas, mas são os vencedores de prêmio Nobel. Você conta nos dedos. Se pensarmos o desenvolvimento do país a partir de três ou quatro cabeças, estamos mal das pernas. Esse processo envolve quase 200 milhões de pessoas. A Apple criou um mercado com o iTunes. De radical ela não fez nada, só teve a sensibilidade de adaptar. Não poderia ter sido uma empresa nossa? Do ponto de vista da tecnologia, poderia, porque não se tratou de capacitação tecnológica e sim de visualizar e aproveitar uma oportunidade. Qualquer outra empresa do mundo poderia ter feito isso, porque o conhecimento estava disponível. Alguém teve a idéia e fez.



A Apple não inventou a internet, o sistema de download, a música ou o computador. Criou o iTunes e vendeu 5 bilhões de músicas nos últimos três anos

Considerando outros obstáculos econômicos, como taxas de juros que inibem o investimento, não surpreende que a Apple não seja brasileira!

Ainda assim, a inovação acontece em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. As empresas brasileiras penetram e têm sucesso no exterior, apesar do nosso descrédito, da falta de incentivo e da não-remuneração à altura da nossa economia diante dos processos de inovação. Pesquisas feitas pelo Ipea mapearam a indústria de uma maneira inédita no Brasil. Analisaram mais de 70 mil empresas e fizeram dialogar bancos de dados que estavam distantes, como o da Pesquisa e Inovação Tecnológica do IBGE, as contas externas do Banco Central, o cadastro de exportadores do Banco do Brasil e outros. A conclusão é de que o Brasil, apesar de todos os problemas, possui um grupo de empresas que exporta, inova e obtém no mercado preços especiais para seus produtos. É a elite industrial brasileira.

Há uma espécie de dualidade, com essa elite de empresas que exportam, inovam e têm preço premium de um lado, e um núcleo mais atrasado de outro?

Não acho que dualidade seja a palavra correta. A indústria é muito dinâmica. Não é que temos algumas empresas excelentes e o resto é lixo. Existem gradações. Há cerca de 4 mil empresas que estariam no segundo grupo, que às vezes inovam, às vezes exportam e às vezes conseguem preço-prêmio, mas não tudo ao mesmo tempo. Estariam prestes a subir para essa elite.

Pertencem a alguma área específica?

Não, estão espalhadas por todas as áreas da indústria, o que combate o mito de que há setores mais e menos dinâmicos. Cada vez mais as distinções estão apagadas. As firmas brasileiras mais excitantes são empresas industriais que oferecem serviços. Estão avançando em áreas que ignoravam. A indústria automobilística produz carros, mas é obrigada a fornecer serviço pós-venda. São empresas que nasceram de forma industrial, mas estão expandindo suas atividades de serviços. Os setores estão misturados.

Qual é o exemplo mais interessante?

A indústria têxtil, nos últimos 30 anos, viveu reviravoltas enormes. Os

tecidos para a prática esportiva, por exemplo, têm natureza totalmente distinta. Não há nada mais tradicional do que a área têxtil, e ela foi seriamente balançada pela invenção de novas composições, fibras, tecidos e materiais. Entrou em áreas de alta tecnologia e serviços. Um dos setores mais dinâmicos de nossa cidade é a indústria da moda, impulsionada pela São Paulo Fashion Week. Esse evento começou a mostrar a sensibilidade dos estilistas brasileiros, que conseguem se conectar com o mundo, com a cor, com o desenho de uma maneira diferente. O que era reservado aos estilistas parisienses, londrinos, nova-iorquinos e depois ampliado aos japoneses hoje inclui os nossos. Abriu-se uma porta. Essa indústria é muito poderosa e não sabemos até que ponto ela interfere em processos mais tradicionais. Há três anos entrevistei um alto funcionário da Nissan e perguntei por que eles estavam montando um centro de desenvolvimento em Londres. Ele disse que Londres é a capital da moda. É a moda que define a cor do automóvel, o design do farol, o modo como o espelho é colocado. É uma relação que não estamos acostumados a perceber. É difícil entender essa interação se nos ativermos apenas aos processos tradicionais.

Nessa economia baseada no conhecimento, a universidade brasileira patina?

Não temos uma economia baseada no conhecimento. 72% das empresas brasileiras praticam competitividade espúria, orientam-se por estratégias baseadas em diminuição de qualidade e de salário. Não trabalham com a parte nobre da produção, que é baseada em conhecimento.

E a universidade não seria ponta de lança nesse processo?

O Brasil viveu uma grande e acelerada expansão universitária, sobretudo na área privada. No entanto, as pessoas chegam despreparadas à universidade. Todos os sistemas de aferição desse preparo são combatidos pela própria comunidade, que tem aversão por qualquer tipo de monitoramento. Trata-se de dinheiro público e temos a obrigação de sofrer auditorias que analisem o que produzimos. A universidade brasileira tem de ser sacudida. A geração de conhecimento novo exige liberdade, autonomia, adversidade, curiosidade do pesquisador. Nossa pauta é irrelevante, não conseguimos falar com a sociedade. A universidade não desempenha o papel que deveria, que é ser uma espécie de antena da raça, como diria o Ezra Pound. Essa é a grande contradição. O mundo produtivo, que gera idéias e inovações, precisa cada vez mais de conhecimento. A universidade, centro produtor disso, não se adapta a esse mundo. É contraditório porque cada vez mais as empresas, o mercado, a economia, precisam de pessoas com uma visão de conjunto, formação moral, política, uma base sólida de filosofia e sociologia.





Nas ruas de Beijing compram-se tênis Nike por 30% do preço, da mesma empresa que fornece para a Nike: a mesma qualidade, o mesmo material, só não têm a marca

Por quê?

Porque as empresas e a economia estão deixando de se imaginar detentoras de um conhecimento capaz de analisar tudo, como se houvesse uma única ciência que compreendesse o que acontece. Para entender um processo simples são necessárias visões distintas, de disciplinas acadêmicas tolerantes e abertas para olhar o mundo de forma diferente. Senão não conseguimos compreender a

realidade. Qual foi o pulo do gato que a Apple deu com o iTunes? É relacionado à visão da sociedade, à defesa do consumidor, a seu direito de comprar uma única música se quiser. Ou seja, nada disso está ligado apenas à tecnologia tradicionalmente associada a empresas de software.

É errado pensar na economia como tendo setores mais propensos às inovações do que outros?

Há áreas de ponta que são mais horizontais e têm ligações fortes com o futuro porque são multidisciplinares. É difícil dizer se a biotecnologia ou a nanotecnologia são mais biologia, física, química ou engenharia. O Projeto Genoma é um concurso enorme de físicos, médicos, matemáticos, bioquímicos. A multidisciplinariedade deixou de ser uma frase simbólica. Ou você incorpora as várias visões ou não tem mais a realidade. Sou da área de sociologia econômica. É sociologia ou é economia? Eu não sei. Alguns economistas não gostam do que eu faço e outros sociólogos também não. Não estou preocupado em ficar de bem ou de mal com eles, porque preciso introduzir conceitos de sociologia para entender processos econômicos. Durante muitos anos a sociologia abriu mão desse tipo de reflexão para os economistas. O Direito também delegou isso para a filosofia e para a economia. Basta olhar o distanciamento entre as escolas de Direito e o que é chamado de Direito Econômico. É um abismo. Observe a realidade do sistema judiciário, como os bacharéis em Direito tratam as leis econômicas.

Isso é um gargalo para a inovação?

Certamente. O ambiente jurídico-institucional não estimula nem destaca a inovação. É um desincentivo. Um sistema que não defende a propriedade intelectual favorece a pirataria e outros tipos de apropriação. Dificulta o investimento. Mas o problema não é só esse. Se a pessoa não pagou os direitos mas aprendeu a copiar, ainda houve aprendizado,



algum processo virtuoso. Mas há processos nocivos também. Não administramos de maneira clara a concorrência no Brasil. Os ministérios decidem marcos regulatórios com base na influência política. Regras estáveis são fundamentais para que haja previsibilidade para o investimento. As empresas precisam saber quando terão retorno, em quanto tempo, de que forma. Quando o sistema legal está confuso e as leis se chocam, dificulta-se o investimento. Há sobreposição de órgãos em praticamente todos os países, mas o Brasil é campeão. Os órgãos não são claramente definidos, não sabem seus objetivos e competências. Fornecem respostas diferentes quando demandados e isso confunde o investidor.

São problemas institucionais: as reformas institucionais são difíceis aqui?

Bastante difíceis. As instituições brasileiras estão velhas. Foram criadas quando o Estado brasileiro era altamente dirigista. Quando o BNDES surgiu, era o grande instrumento do desenvolvimento, baseado em uma legislação que define o mundo em cadeias produtivas, com ênfase em infra-estrutura. Tem uma dificuldade enorme com a inovação transversal. Antônio Barros de Castro, um dos diretores do planejamento, elaborou um programa de inovação dentro do BNDES, mas o banco não consegue desenvolver essa política. Não se trata de incompetência, é um problema estrutural. Praticamente todas as instituições foram pensadas há mais de três décadas. As empresas inovadoras nasceram nos últimos 15 anos. Esse choque gera problemas de cultura, de hábito, as dinâmicas são diferentes. Transformações institucionais são muito mais lentas do que gostaríamos. As decisões são de longa duração e difícil previsão.

O desenvolvimento mais elogiado das últimas décadas é o chinês. Como o senhor o avalia?

Fui à China em 2005 e observei como eles construíram um dos bairros mais avançados do mundo

bem em frente à baía de Xangai. Quando você pergunta o que havia lá antes, falam que era um campo rural onde moravam 1,5 milhão de pessoas. Para onde elas foram? Eles mudam de assunto! No Brasil, graças à democracia, temos dificuldade para desalojar 30 pessoas em uma favela para passar uma estrada. Isso é ruim? Não. Aqui temos um ritmo diferente quando pessoas são afetadas.

Podemos dizer, então, que ditaduras oferecem condições mais propícias à inovação?

Não faria essa relação automática entre autoritarismo estatal e inovação. As sociedades mais inovadoras são democráticas: Finlândia, Noruega, Dinamarca, Estados Unidos. A economia coreana está se tornando parecida, tanto que saiu da crise dos anos 80 muito mais rápido que o Brasil. A economia do Brasil é lenta. Para determinados processos sociais, a centralização é mais eficiente do ponto de vista econômico. Não estou dizendo que traz mais bem-estar. Se um estado forte decide que não haverá análise de impacto ambiental para construir uma hidrelétrica, prescinde de qualquer órgão fiscalizador. Evidentemente é mais rápido, pois diminui o custo de transação, como dizem os economistas, para tomar uma decisão desse porte. O país precisa da hidrelétrica, mas destruirá o meio ambiente mais rapidamente. Quase 60% da indústria chinesa é movida a carvão. Há pouco tempo milhares de pessoas morreram na inundação de uma mina de carvão na China. Um estado autoritário, onipotente, acelera processos que em regimes democráticos exigem mais tempo. Ter que negociar exige paciência. Não há como negar que do ponto de vista imediato da economia regimes autoritários levam vantagem sobre nós. Perdem em todos os outros.

Se o governo autoritário é indesejado, de que tamanho deve ser o papel do Estado numa economia democrática?

O Estado não é nem um salvador nem um personagem de terceira categoria. Não pode ser visto como um coadjuvante menor, porque mesmo no mundo globalizado continua sendo o principal agente econômico que os países têm nas mãos. É leviano dizer que precisa amarrar as mãos do Estado para diminuí-lo. Essa discussão é falsa. O Estado pode ser grande, o problema é saber se é eficiente. O sistema de saúde pode ser monstruoso, desde que eu seja bem atendido. Estamos preocupados com o desperdício e a eficiência. É preciso saber que serviços o Estado oferece e qual é a qualidade deles.

A discussão sobre a tributação excessiva no Brasil, outro gargalo que todos identificam, é inevitável?

Há uma avaliação tortuosa sobre a carga tributária. É claro que é um grande entrave à sustentabilidade do nosso crescimento. Mas em um país como o nosso, que é um abismo de carências, a carga tributária continuará alta por muitos anos, mesmo que o Estado seja bem eficiente. Há uma dívida social muito grande, então temos que pagar imposto. É a forma mais racional e objetiva de diminuir as diferenças sociais. Nunca vi niguém reclamar quando recebe um bom serviço. As pessoas reclamam

O Estado não é nem um salvador nem um personagem de terceira categoria. Mesmo no mundo globalizado é o principal agente econômico que os países têm nas mãos







porque pagam um imposto alto e recebem serviço de péssima qualidade. Isso só valoriza o avanço silencioso que há no Brasil, de empresas que atravessaram ambientes hostis, conseguiram se reestruturar e hoje vencem em mercados altamente sofisticados. Superaram obstáculos como a carga tributária, a taxa de juros que nós temos, o dólar, o sistema jurídico.

Qual o papel da isenção fiscal para que as empresas adotem novas tecnologias?

Isso sempre é um elemento-chave. Se quisermos estimular as empresas a reciclar seus equipamentos ou a se dotar de partes mais modernas, precisamos facilitar a atividade. Mas todo subsídio tem que ser temporário, sob pena de deformar o mercado. O problema no Brasil é que subsídio provisório se torna perene. Além disso, se o governo oferece incentivos para desenvolver a área de biotecnologia, alguém que não tem nada a ver com esse setor quer isonomia dentro das leis de mercado. Muitos juízes dão. A decisão é desinformada.

Os países emergentes adotam uma estratégia passiva em relação à política industrial?

A passividade é não fazer escolhas. O Estado brasileiro tem o direito de fazer escolhas estratégicas. Quando esse governo aprovou a política industrial em 2004, definiu áreas-chaves e setores prioritários. Apresentaram-se caminhos para o país. Ao apontar a biotecnologia como prioridade – e os biocombustíveis estão aí para provar que a decisão de 2004 foi acertada –, o governo orienta o Ministério de Ciência e Tecnologia, o da Educação, CNPq, Capes, todo um sistema institucional que desenvolverá políticas nesse sentido. O Estado erra, mas o mercado também erra. Não precisamos do velho desenvolvimentismo ou da inação dos anos 90. Precisamos de uma síntese diferente, uma mistura virtuosa entre Estado e sociedade. Podemos ter a participação da iniciativa privada em políticas públicas e, ao mesmo tempo, a presença do governo em atividades que têm origem na iniciativa privada. Essa mistura é extremamente positiva para o Brasil. Não confunda essa mistura com o velho condomínio patrimonialista que era a colonização do espaço público pelo setor privado. Isso continua existindo. Temos, em grande medida, um Estado patrimonialista, prisioneiro do interesse privado. Necessitamos de sínteses transparentes, legalmente constituídas, institucionalmente regulamentadas e abertas ao debate público.

A relação entre empresa e universidade é saudável no Brasil?

Há preconceito de ambas as partes. Os empresários acham que a universidade vive no mundo da lua e os professores e alunos pensam que os capitalistas só querem ganhar dinheiro. É possível encontrar sínteses, mantendo a autonomia universitária e a preocupação das empresas com o seu faturamento. Preservando a identidade dessas instituições, é possível encontrar espaços em que os esforços se conjugam. Quem ganha com isso? A pesquisa universitária passa a ter informação da área produtiva, de serviços e da indústria, que são extremamente precisas. A empresa se beneficia de um conhecimento antes desperdiçado nas gavetas universitárias. Mas a sociedade é quem mais ganha.





INOVAR É PENSAR SIMPLES

O diretor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV-RJ defende reformas específicas nos programas sociais brasileiros para que eles se tornem, de fato, redistributivos e permitam a mobilidade social

Por Luiz Guilherme Schymura
Foto Ivone Perez

O conceito de inovação pode ser algo muito simples, sem grandes idéias mirabolantes. Inovar hoje pode ser entendido como realizar pequenas iniciativas, pequenas melhoras pontuais. Ao querer reformar o mundo, corremos o perigo de não terminar o diagnóstico e jamais atacar um problema concreto. Quando esse tema me veio à mente pela primeira vez, pensei em mudanças que seriam importantes para o Brasil sem considerar grandes reformas. O Estado brasileiro hoje custa em torno de 36% do produto interno bruto. Em um PIB de R$ 2,3 trilhões, é algo que chega a 800 bilhões. Esse é o tamanho do Estado brasileiro, um número que salta aos olhos. Quando nós, empresários e consumidores, pensamos em iniciativas, vemos o quão pesadamente somos taxados. Os empresários argumentam que é difícil investir em um país cuja carga tributária é tão elevada.

Por que o peso dos impostos é tão grande? A explicação passa pelo aspecto de que somos um país que apostou – em tese, ao menos – no modelo de distribuição de renda. Em vez de adotarmos uma perspectiva pró-crescimento, como os chineses, focamos a distribuição de renda. Essa opção foi coroada com a Constituição de 1988. A prioridade máxima era distribuir aos mais pobres e garantir condições para uma melhor mobilidade social. O crescimento viria com o que restasse.

Pois foi essa opção que gerou um governo maior. O Estado brasileiro custa 36% do PIB porque tem de honrar os preceitos constitucionais. O custo do Estado chinês é muito menor: não há sistema previdenciário, por exemplo. No seu modelo trabalhista não existe proteção social. A pessoa é demitida sumariamente e não há nenhuma proteção. Por isso a China cresce 10% ao ano.

Não sou favorável ao crescimento desse tipo. Defendo o distributivismo. Não podemos crescer 10% ao ano durante duas décadas para só depois distribuir renda. Muitas pessoas morreriam e vidas não são recuperadas! A vida dos filhos dessas pessoas melhoraria, mas a um preço altíssimo. É melhor crescer menos e não sacrificar tanto esses indivíduos. Por isso considero obrigação melhorar a distribuição de renda de nosso país. Precisamos atender as pessoas que de fato necessitam. Dada essa opção pela distribuição de recursos sociais garantidos constitucionalmente, surgiram programas governamentais como a aposentadoria por tempo de contribuição, o sistema de pensões e a universidade gratuita.

Os benefícios distorcidos

A aposentadoria por tempo de contribuição nasceu de uma idéia que em princípio fazia todo o sentido: uma pessoa que nascesse em uma família pobre naturalmente não conseguiria estudar porque teria que ajudar em casa. Por causa disso, aos 11, 12 anos de idade entraria no mercado de trabalho e aos 45 já estaria se aposentando. Nada mais justo para uma pessoa que nasceu pobre se aposentar cedo, uma vez que havia também o entendimento de que essas pessoas tenderiam a morrer antes do

que outros com maior renda. Então seria importante que houvesse um programa de governo com foco nesse tipo de situação que essa pessoa já estivesse coberta.

Como as pessoas mais ricas se beneficiariam desses programas? Por possuírem maior poder aquisitivo, estudam, fazem universidade e começam a trabalhar aos 23, 24 anos. Após 35 anos de contribuição, se aposentariam aos 60 e acabariam não sendo beneficiárias desse programa, mas sim se aposentando por idade. Dessa forma, esse programa foi moldado para as pessoas de baixo poder aquisitivo, que já nasciam em famílias de menos posse. Mas o que se verifica na prática? Embora a concepção do programa faça sentido, as pessoas que nascem em uma família de piores condições começam a trabalhar cedo. Trabalham um pouco e já são demitidas. Não conseguem comprovar tempo de contribuição.

Mas as pessoas de maior poder aquisitivo, cujos pais são empresários ou conhecem o sistema, trabalham com carteira assinada. Muitos assinaram a carteira aos 15 anos de idade para se valer desse programa de aposentadoria por tempo de contribuição, sem haver de fato trabalhado. Embora a concepção do programa fizesse sentido, ao analisarmos os números e o que realmente acontece vemos que não funcionou.

Defendo o distributivismo. Não podemos crescer 10% ao ano durante duas décadas para só depois distribuir renda. Muitas pessoas morreriam e vidas não são recuperadas!

A aposentadoria por tempo de contribuição hoje custa cerca de 50 bilhões de reais para o governo. Se pensarmos que o investimento público orçado do governo federal para este ano é 15 bilhões de reais para obras de infra-estrutura, é dinheiro demais! Muitos beneficiários desse programa têm alto poder aquisitivo e isso distorce os objetivos constitucionais.

Hoje o Brasil gasta um valor absurdo com pensões: 3% do PIB. Os países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) gastam com pensão 1% do PIB. Esse dado é estranho, uma vez que a população dos países desenvolvidos é muito mais velha do que a nossa. Em princípio deveria haver muito mais pensão lá do que aqui. A população é idosa, a pirâmide etária desses países é mais concentrada do que a brasileira. Por que gastamos mais? Porque alguém que queira se tornar pensionsta nesses países da OCDE precisa comprovar que não tem outro rendimento. No Brasil, basta o marido falecer para a esposa se tornar pensionista. Em outros países também não é possível acumular pensões. Aqui, ainda que você receba outras pensões e venha de família rica, faz jus à pensão.

O que se percebe em todos esses programas que em tese distribuiriam renda? Benefícios distorcidos. No exemplo do programa de universidade gratuita, os beneficiários não pagam para estudar. Mas são pessoas de classe média e classe média alta em sua maioria. No caso do programa brasileiro de pensões, muitos dos pensionistas têm outras fontes de renda além da pensão. No programa de aposentadoria por tempo de contribuição, faz-se jus a um benefício após contribuir para o programa ao longo de anos. Muitos dos beneficiários do programa continuam trabalhando.

Todos conhecemos pessoas que trabalharam, contribuíram, se aposentaram aos 65 anos de idade e foram para casa; ou pessoas que, por algum problema, ficaram inválidas, sem condições de trabalho; ou que se tornaram pensionistas porque o marido faleceu e ela não tinha nenhuma outra renda senão a do marido. Creio que a sociedade brasileira não teria problema em atender a essas pessoas através de alguma política pública. No entanto há programas que precisamos reavaliar. Em vez de pensar uma grande reforma da previdência, temos que avaliar programa a programa e realizar um completo diagnóstico. Para avaliar a aposentadoria por tempo de contribuição, devemos perguntar: quem contribui para esse sistema? Quem se torna beneficiário desse sistema? Qual é a contribuição que essas pessoas dão, não somente em termos financeiros? Quais os benefícios, financeiros ou não, que estão recebendo do governo por se tornarem beneficiários desse programa?

Universidade pública: que pague quem puder

A universidade pública gratuita é outra questão importante. A intenção original da universidade pública era gerar mobilidade social. Para facilitar essa mobilidade, deve-se dar condições para que o estudante de baixo poder aquisitivo, ao chegar à universidade, tenha estudo gratuito em uma escola de alto nível. É importante que ele tenha condições para competir e gerar a mobilidade social tão desejável. Mas esses estudantes não conseguem se preparar de forma adequada para entrar na universidade pública. Assim, quando muito, estudam

em universidades privadas, que são piores, porque não conseguem competir com o estudante que é filho de uma família de alta renda. Embora em tese o programa fizesse sentido, na prática não tem efeito distributivo. Ocorre o efeito contrário, de concentração.

Uma proposta de inovação seria discutir setorialmente caso a caso, programa por programa. Já temos a sensibilidade de diagnosticar programas que de fato apresentam distorções graves. Há fortes indícios de que a universidade pública gratuita piora em vez de melhorar a distribuição de renda. Então devemos refletir sobre qual é sua função. O governo federal e o Congresso podem fazer um completo diagnóstico do programa da universidade pública gratuita. Feito o diagnóstico, analisemos quem se beneficia desse programa, quanto custa o programa e o que isso acarreta em termos de custo-benefício para a sociedade.

O próprio governo pode, para começar a solucionar o problema, apresentar propostas. Há muitos modelos possíveis, mas sugiro um: o aluno que comprovar não ter condições de pagar a faculdade estudará de graça na universidade pública. Se o estudante tiver condições, deve pagar para estudar em uma universidade pública. Essa é uma possibilidade. Não tenho dúvida de que a solução sairá. Mas, se colocarmos essa questão no bojo de uma ampla reforma educacional, será impossível.

A verdadeira inovação hoje é reavaliar programas sociais como os que existem, com um olho para detalhes, no sentido de torná-los mais eficazes do ponto de vista distributivo

Isso não significa que, necessariamente, a universidade pública gratuita seja o problema mais urgente. Devemos também universalizar a qualidade da educação. Simplesmente dar escola para uma criança, sem oferecer mecanismos que a façam estudar, é insuficiente. Ela precisa de professores com boa formação mínima, uma avaliação consistente com o que foi ensinado, enfim, incentivos para que estude. Educação não se resume a investir dinheiro e colocar todo mundo dentro de uma sala de aula durante quatro horas para não aprender nada, como ocorre em muitos lugares. Há casos numerosos de analfabetismo funcional em alunos da 4ª série primária. O modelo distributivista deve focar a melhora da qualidade da educação básica.

A verdadeira inovação

Há prioridades mais urgentes do que a inovação tecnológica.

A atenção do país e de seus governantes deveria se voltar, hoje, mais para políticas que chamo de horizontais do que para o apoio na parte de investimento e inovação para as empresas. Em vez de subsidiar a inovação empresa por empresa, a prioridade deve ser avaliar programas sociais que já existem.

Em todos os programas que mencionei, quem se beneficia tem um nível de renda elevado. A verdadeira inovação hoje no Brasil seria reavaliar programas sociais como esses, de maneira pontual, específica, com um olho para detalhes, no sentido de torná-los mais eficazes do ponto de vista redistributivo. Por que isso seria inovador? Porque, quando defendemos reforma da previdência, colocamos no mesmo bojo uma aposentadoria por idade e uma aposentadoria por tempo de contribuição. Misturamos programas da mesma área mas com naturezas diferentes.

Em vez de pensarmos, por exemplo, em uma reforma no sistema educacional, devemos dar escola para as pessoas mais pobres, universalizar o ensino fundamental. Universidade pública nada tem a ver com educação básica. Há vários programas que devem ser discutidos, mas pode-se levantar de imediato esses poucos que já existem: universidade pública gratuita, aposentadoria por tempo de contribuição e pensões. Eu começaria por esses três. Fazendo um diagnóstico dos programas, não tenho dúvida de que nos surpreenderemos com os números. Se conseguirmos mudar o enfoque desses programas, já será um ganho extraordinário. Ou o dinheiro será usado para uma distribuição de renda mais focada, ou para mais crescimento econômico, via redução da carga tributária. Não há sentido em continuar com programas que são caros, como aposentadoria por tempo de contribuição, o sistema de pensões como é hoje e a universidade pública gratuita como ela é.

A inovação está em isolar problemas e atacá-los, resolvê-los. E não tentar enfrentar uma reforma de dimensões que nunca será realizada, porque encontrará resistência de grupos muito bem organizados na sociedade.

(Depoimento transcrito de entrevista a Carlos Costa)



O DIREITO ENTRE AS CERTEZAS E INCERTEZAS DA INOVAÇÃO

O processo de inovação requer aprendizado com erros e investir recursos para retornos incertos. Mas as instituições jurídicas podem melhorar, e muito, esse cenário

Por Mario Gomes Schapiro
Foto Tiana Chinelli

Há cerca de 15 anos uma inovação científica encerrou uma contenda de dois séculos que envolvia as mais gabaritadas cozinheiras da culinária mineira: na produção de pão de queijo, deve-se utilizar polvilho doce ou azedo? A receita definitiva veio de um laboratório universitário e satisfez a necessidade empresarial de fabricar pão de queijo congelado para o consumo em larga escala. Até então, a baixas temperaturas, o fermento natural não resistia e o pãozinho de queijo assado perdia sabor e consistência. Pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais desenvolveram um tipo de fermento resistente às baixas temperaturas e assim deram origem a uma inovadora fórmula de pão de queijo, que combinava o novo fermento com as duas variedades de polvilho. Conseqüência? Um novo mercado, interno e de exportação, que permitiu a criação de 8 mil pontos-de-venda só no Brasil.

É com essa história prosaica que o sociólogo Glauco Arbix inicia sua tese de livre-docência, *Inovar ou Inovar: a Indústria Brasileira entre o Passado e o Futuro*, defendida no fim de 2006 na Universidade de São Paulo. O exemplo identifica um tipo exitoso de estratégia econômica: a conquista de mercados por meio da inovação de produtos e processos.

As trajetórias recentes dos países que pertencem à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam a constituição de uma economia baseada no conhecimento, condição-chave para a criação de novos produtos econômicos e processos produtivos. Somados, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em educação superior atingem cerca de 5% dos PIBs dos países mais ricos. Incluindo nessa conta os investimentos em educação em geral, a percentagem dobra para 10%. Convém lembrar que entre 1995 e 2001 as nações da OCDE ampliaram as despesas com pesquisa

a uma razão de 4,7% ao ano. Não há dúvida: a aposta no conhecimento tem sido uma grande vantagem comparativa das nações mais desenvolvidas.

Não é de agora que sabemos que a sede das descobertas tecnológicas situa-se nos centros da economia mundial e não em sua periferia. O que há de diferente é a abertura de uma fresta de oportunidades para que as empresas de países menos desenvolvidos concorram com algum sucesso no ambiente internacional. A difusão de uma economia baseada no conhecimento, em que a circulação de idéias atravessa fronteiras com facilidade, pode permitir trajetórias empresariais de sucesso. Os ingredientes básicos são a invenção e a criação de novos bens e utilizações econômicas. Idéias simples podem resultar em ganhos expressivos.

O otimismo que advém do exemplo do pão de queijo não é sem alguma razão. As pesquisas recentes do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) indicam a formação de uma elite industrial no Brasil. Trata-se de empresas que pautam sua disputa de mercado nas inovações, seja na criação de novos produtos, seja na organização de novas rotinas de produção, seja agregando valor imaterial aos seus bens, como as marcas. Os resultados obtidos são proeminentes. Essas empresas conseguem exportar os seus produtos com um preço-prêmio – valor agregado em relação ao preço cobrado pelo concorrente – de 30%. Além disso, as pesquisas mostram que entre 2002 e 2004 as firmas que mais cresceram foram as mais inovadoras. Essa elite industrial responde por mais de 25% do faturamento industrial brasileiro e é composta por um número diminuto de empresas: são menos de 1.500 firmas. Apesar disso, a imensa maioria das empresas brasileiras ainda privilegia outros atributos que não a inovação. Rebaixamento de preços e salários e adoção de parâmetros de qualidade como o ISO 9000 são artifícios comuns na disputa pelo consumidor.

Em comparação com empresas de países desenvolvidos, as firmas brasileiras investem pouco em atividades de criação. Enquanto as concorrentes alemãs têm revertido mais de 2% de seu faturamento para atividades de pesquisa e desenvolvimento, as brasileiras registram uma média de 0,6%. Dados do órgão americano que confere patentes indicam que o número de pedidos de patentes brasileiras nos Estados Unidos é desprezível. É notável que, em 1980, o Brasil registrava apenas 53 pedidos de patente e a Coréia do Sul, 33, ao passo que em 2000 o Brasil possuía apenas 220 protocolos e a Coréia já havia saltado para impressionantes 5.705 requisições. O número é bastante ilustrativo das diferentes trajetórias econômicas de Brasil e Coréia do Sul, antes condôminos no subdesenvolvimento.

Entre 2002 e 2004, as firmas que mais cresceram foram as mais inovadoras. Essa elite de 1.500 empresas responde por mais de 25% do faturamento industrial brasileiro

Instituições jurídicas que induzem inovação

A dificuldade para confirmar uma estratégia de crescimento sustentado na capacidade de inovação das firmas não é uma singularidade latino-americana, muito menos brasileira. Não há síndrome de jabuticaba. Em qualquer economia, inovar é um processo dispendioso, arriscado e nada trivial. Para começar, inovar requer conhecimento técnico e de mercado. A firma tem de ser capaz de entender intensamente os seus processos e os produtos de seu mercado e se dispor a investir em novas idéias e conceitos que tragam singularidade. Trata-se de uma atividade cumulativa, que não ocorre da noite para o dia. Inovar não é uma opção barata. Boa parte dos recursos é despendida em perdas, nas tentativas e diversos erros que ocorrem pelo caminho. Uma dimensão relevante da inovação é prática, é o chamado *learning by doing*. Ultrapassados os obstáculos e numerosos erros, nada garante que a solução encontrada seja tecnicamente viável. Ainda que o seja, pode não resultar em um sucesso comercial. O investimento em inovação é, portanto, particularmente incerto.

São essas dificuldades que demandam uma atuação mais pronunciada dos mecanismos jurídicos na redução das incertezas e na definição de incentivos. Mundo afora, o que se tem feito é incrementar os sinais de mercado com incentivos institucionais. Não se trata apenas de estabelecer as regras do jogo, mas também de induzir a resultados favoráveis.

Os exemplos concretos dessa atuação pró-ativa do desenho jurídico-institucional são variados. No início da década de 1980 o governo norte-americano definiu um pacote de medidas que estimulavam a cooperação tecnológica das pequenas e médias empresas. Fizeram parte desse marco regulador dois relevantes programas: o Small Business Innovation and Research (SBIR) e o National Cooperative Research Act (NCRA). O primeiro programa estimulava a participação governamental nos

investimentos de capital de risco, direcionados a empresas de base tecnológica. Dada a já comentada incerteza desse aporte de recursos, o capital de risco tem se mostrado uma alternativa para investimentos em inovação. Trata-se de fundos aplicados em participação acionária de uma razoável quantidade de empresas, de modo que o fracasso de alguns empreendimentos é mais do que compensado pelo sucesso dos outros.

Esse tipo de desenho regulatório incentivador da inovação, em que se verificam verdadeiros consórcios público-privados, pode ser identificado em alguns outros países, como a Finlândia, a Coréia do Sul e Taiwan. A regra tem sido uma participação mais efetiva dos governos, não necessariamente como ofertantes de tecnologia, mas como articuladores de parcerias entre as próprias empresas, os institutos de pesquisa e os órgãos de financiamento. São do mesmo estilo as regras de contratação de financiamentos do Korea Development Bank, que admitem ativos intangíveis (patentes, por exemplo) como garantia de operações de crédito para empresas inovadoras. É certo, portanto, que no rastro da economia da inovação, os *policy makers* têm procurado construir arranjos provedores de estabilidade e, ao mesmo tempo, flexíveis. Garantem segurança para os investimentos e mecanismos adequados para lidar com a fluidez e elevada contingência típicas de investimentos sustentados em idéias e conhecimentos.

Ambiente para a inovação no Brasil

Com algum atraso, os formuladores de políticas públicas no Brasil também parecem ter definido que a aposta nos segmentos inovadores é uma das chaves para destravar o desenvolvimento nacional. Em ordem crescente de importância, são dignas de registro duas primeiras iniciativas: a criação de fundos orçamentários setoriais, sob a gestão do Ministério de Ciência e Tecnologia, em 1999 e, finalmente, a definição de uma política industrial, em 2003, baseada no apoio a investimentos em inovação. Os fundos tiveram a meritória intenção de garantir um fluxo perene de recursos, ainda que passíveis de contingenciamento, para os empreendimentos de tecnologia, nas mais diferentes áreas industriais, desde a petrolífera até a de biotecnologia. Já a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior teve o acerto de fazer convergir as pautas industrial e tecnológica. Os mecanismos institucionais de apoio aos setores selecionados – semicondutores, software, bens de capital e fármacos – foram desenhados com a finalidade de fazer das atividades de pesquisa e desenvolvimento uma das vantagens comparativas da indústria nacional.

Não há receita única, mas um destino bem-sucedido passa seguramente pela capacidade do Direito em desenhar ambientes propícios a estratégias empresariais

É ainda cedo para afirmar que esses novos mecanismos de política industrial confirmam uma virada de página do desenvolvimento brasileiro, mas a seqüência de iniciativas legislativas e regulatórias indicam a constituição de uma nova agenda de instrumentos para a intervenção do Estado na economia. Na seqüência da política industrial, foi promulgada a Lei do Sistema Nacional de Inovação para favorecer as relações entre universidades e empresas e deu-se a criação por lei federal da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, responsável pela coordenação dos programas industriais. O BNDES, por sua vez, aprovou, em 2006, suas novas políticas operacionais, com a finalidade de tornar menos exigentes as regras das operações de colaboração financeira e assim mais adequadas à fragilidade das empresas de base tecnológica.

Entre as certezas de sucesso dessa trajetória de crescimento e as inerentes incertezas dos investimentos em inovação figura de maneira decisiva a credibilidade e a adequação dos respectivos desenhos institucionais. Será a capacidade de "amarrar as próprias botas do desenvolvimento", na metáfora empregada pelo professor da Columbia Law School Charles Sabel, com a criação de engrenagens jurídicas adequadas a cada contexto social e econômico, que definirá as próximas rodadas de crescimento nacional. As sucessivas tentativas de transplantar instituições para os países mais pobres, na velha fórmula do *one size fits all*, que marcaram as reformas econômicas da década de 1990, não apresentam resultados satisfatórios quando se trata de economia da inovação. As histórias recentes de sucesso nesse campo, como a dos Tigres Asiáticos, são também histórias de alguma rebeldia e muita altivez na definição das políticas.

Mario Gomes Schapiro, mestre e doutorando em direito econômico na USP, é Coordenador da Casoteca Direito GV e Coordenador e Professor da Especialização em Direito Econômico do GVlaw.

A POLÍTICA FISCAL DEVE SER INSTRUMENTO DE INCENTIVO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA?

O economista da FGV-SP Marcos Cintra e a advogada e professora do GV*law* Elidie Palma Bifano atacam e defendem o uso de instrumentos tributários para fomentar o progresso tecnológico

É legítimo fornecer isenções fiscais às empresas para que elas modernizem sua produção, dêem um passo rumo à inovação tecnológica e se tornem mais competitivas? O tema é tão polêmico quanto familiar para estudiosos da economia brasileira. Para avaliar os prós e contras dessa política, convidamos os professores Marcos Cintra, economista e vice-presidente da Fundação Getulio Vargas, e Elidie Palma Bifano, advogada e consultora da PriceWaterhouse Coopers.

Radicalmente contra o uso de incentivos fiscais para melhorar o progresso tecnológico no Brasil, Marcos Cintra apresenta uma visão sóbria. Cabe ao sistema tributário, segundo ele, arrecadar e gastar de maneira eficiente, sem onerar demasiadamente a sociedade. Em outras palavras, qualquer política que vise ao desenvolvimento tecnológico deve ser aplicada com recursos do orçamento, não com renúncia de arrecadação.

Visão oposta e elogiosa da lei de inovação tecnológica brasileira, promulgada em 2004, é defendida por Elidie Palma Bifano, professora do GV*law*. Citando diversos pontos da legislação recente, Elidie afirma que o Brasil pode começar a se inserir de maneira positiva nesse debate. Empresários são incentivados a contratar mais cientistas e professores, a importar equipamentos mais modernos e produtivos, a aproveitar as diversas modalidades de isenção fiscal que a lei permite. Isenção que, como bem ressalva a professora, não pode ser confundida com simples renúncia fiscal sem contrapartidas. Avaliar os projetos inovadores implementados pelas empresas é crucial para que a lei seja aproveitada da maneira correta. Acompanhe, nas próximas páginas, mais argumentos dos especialistas.



Tiana Chinelli

“Não concordo com o uso de incentivos fiscais para induzir o progresso tecnológico. É um péssimo instrumento para estimular qualquer setor”

Por Marcos Cintra

Inovação e desenvolvimento tecnológico são fatores básicos para a competitividade econômica de qualquer nação. A importação é uma das formas que um país pode adotar para agregar novas tecnologias ao seu sistema produtivo.

Técnicas mais eficientes de produção originadas em um determinado país podem ser adotadas por outra economia para ganhar mercado num primeiro momento e, em seguida, desenvolver tecnologia própria. É o que os Tigres Asiáticos sempre fizeram.

O governo deve estimular, sem dúvida alguma, a pesquisa tecnológica. Até porque muitas técnicas mais avançadas não são patenteáveis. São conhecimentos que acabam se disseminando. A área agrícola é uma situação típica. A pesquisa tem que ser feita pelo governo, uma vez que as unidades de produção são pequenas, difusas, fragmentadas.

É importante que o governo estimule, execute diretamente a pesquisa e mantenha convênios com universidades. Porém, não deve usar incentivos fiscais para induzir o progresso tecnológico. É um péssimo instrumento não só na área de pesquisa, mas para estimular qualquer setor.

Lembro o caso da Itália, experiência copiada no Brasil por Celso Furtado no final da década de 50, com a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Foram fracassos absolutos. Nosso Nordeste se tornou tão pouco industrializado quanto o sul da Itália.

Esses programas isentavam de tributos federais, estaduais e, por vezes, municipais, para que a atividade econômica se instalasse em bases territoriais predefinidas. Apontava-se uma região no sul da Itália, por exemplo, para que fosse industrializada. Não haveria tributação ali durante um determinado período. Os governos deixaram de arrecadar muito com isso.

Outro grande problema foi a falta de foco. Criaram-se estruturas burocráticas para selecionar projetos que nem sempre eram compatíveis com aquela região. Eram artificiais, estimulados apenas pelo incentivo fiscal e não pela vocação econômica regional. Roberto Campos considerava um absurdo estimular a industrialização no Nordeste por meio de renúncia fiscal e depois esse produto voltar para ser consumido aqui em São Paulo.

A isenção fiscal é um péssimo instrumento. O governo tem que usar outros estímulos para incentivar a inovação tecnológica: políticas de créditos recursos para pesquisa e infra-estrutura são mecanismos mais eficientes para que a região identifique suas vocações econômicas e atraia investimentos privados.

O governo precisa dar competitividade sistêmica a uma determinada região e não estímulos artificiais. Infelizmente, o tema da isenção fiscal para o desenvolvimento tecnológico está presente nas discussões da reforma tributária. A concepção vigente no Brasil é a de que o sistema tributário é uma forma de favorecer determinados setores econômicos.

Antigamente não havia guerra fiscal porque ninguém imaginava a possibilidade de colocar uma montadora de automóveis no Nordeste. Não havia condição de instalar algo assim lá, nem oferecendo incentivo fiscal forte. Eram economias mais regionalizadas. Mas a homogeneização do espaço econômico tem ocorrido. As desigualdades dimi-

nuíram. Dentro desse espaço mais homogêneo, a guerra fiscal começa a fazer diferença.

Uma isenção de 15% de tributos no valor de um produto pode ser importante se há infra-estrutura adequada no local. Antes era possível dar uma isenção de 50% de imposto e isso não tinha reflexos concretos. A eficácia desse instrumento hoje é maior, mas pode gerar um padrão de muito ineficiente, pois é artificial. Esse ativismo econômico não deveria ser praticado no Brasil. Além disso, a isenção fiscal é altamente vulnerável a fraudes e abusos e sempre há o risco de investir em determinados segmentos que, uma vez cessado o benefício, perdem a razão de existir, não conseguem sobreviver.

O sistema tributário não deve ser usado para atingir objetivos extrafiscais, mas para cumprir sua atividade: gerar recursos para o governo desenvolver todas as suas políticas públicas. É preciso resgatar a função arrecadatória do sistema tributário, uma vez que os impostos estão sendo utilizados para tudo.

A estrutura tributária precisa ter como principal objetivo arrecadar bem, da maneira mais eficiente possível. Uma vez arrecadados os recursos, o governo pode praticar todas as suas prioridades. Quer fazer política de desenvolvimento regional, industrial ou tecnológico? Ótimo. Mas canalize os recursos arrecadados para estimular pesquisa e fazer convênios com universidades. É mais eficiente do que não oferecer infra-estrutura adequada e perder receita por meio de renúncia fiscal.

Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade Harvard e vice-presidente da Fundação Getulio Vargas



Camila Mamede

"A isenção fiscal deve ser concedida com cuidado e acompanhamento, mas é um instrumento legítimo"

Por Elidie Palma Bifano

Vivemos um momento no qual as empresas procuram reduzir os seus custos ao máximo para ganhar competitividade. Como esse tem sido o tom nos últimos anos, o principal mecanismo para mais bem competir, além de diminuir gastos, é aderir à inovação tecnológica. A empresa que não se ajusta a isso perde mercado.

A lei 10.973 sobre inovação tecnológica, editada no Brasil em 2004, acompanha essa corrente. Considerando o papel da política fiscal, há duas maneiras de incentivar a inovação: oferecendo renúncias fiscais gerais ou propondo isenções tributárias com relação a determinados aspectos pontuais e com bom acompanhamento de projetos. O Brasil passou por períodos extensos de renúncia fiscal. Nem sempre esse instrumento é o mais adequado, porque implica arrecadação menor. A partir da década de 60, havia diversos incentivos para que as empresas exportassem e o país se inserisse no cenário internacional. Foram aplicadas renúncias fiscais nos níveis federal, estadual e municipal. A idéia era de que, com a isenção, haveria o crescimento de certas regiões e do país como um todo. Mas esse tipo de incentivo não trouxe o que se esperava.

O Brasil começou a abandonar essa política no governo Collor. Ao longo dos últimos anos, a lei de responsabilidade fiscal também foi um passo importante. Se o governo quer dar uma isenção, precisa criar fontes adequadas. Sob pena de causar transtornos, não pode simplesmente reduzir a arrecadação. Também não é permitido aumentar um tributo para compor a isenção: são necessárias fontes específicas para cobrir. Essa lei recente de inovação tecnológica incentiva as empresas a se modernizarem. A empresa pode, por exemplo, ter uma isenção na importação de certos bens e de certos equipamentos. Além disso, há

isenção para a aquisição de bens e equipamentos nacionais destinados à atividade da companhia.

A lei também prevê, por exemplo, que a empresa compre um equipamento no exterior e goze de isenção na importação. Prevê que se possa comprar um equipamento e depreciá-lo aceleradamente. Há algumas modalidades interessantes de incentivo ao desenvolvimento de projetos novos, facilitando a contratação de cientistas e professores. É diferente de simplesmente dar uma isenção: é necessário estar vinculado a um projeto consistente. Segundo a lei de inovação tecnológica, um projeto consistente é aquele que traz melhoras incrementais. Melhora incremental é o que a empresa pode fazer para tornar seu processo ou seu produto mais competitivo no mercado. Nesse sentido, a política fiscal pode ter muito a oferecer.

Os mecanismos tributários podem e devem ser usados no sentido de incentivar a inovação tecnológica e política industrial. A isenção não deve ser considerada simplesmente como dispensa de pagamento de tributo, mas sim algo relacionado a um fim específico. Todo o questionamento em relação às isenções como eram feitas antes nos levou a condicioná-las a resultados e a acompanhar de perto os projetos. A isenção tem que ser bem dimensionada. A simples renúncia fiscal é muito arriscada, pois pode representar um benefício que nem sempre retorna.

Nesse sentido, a lei de inovação tecnológica propõe isenções adequadas. Todas exigem que o beneficiado mostre melhoras no produto ou no processo. É necessário prestar contas e mostrar o destino dado ao dinheiro, sob pena de pagar o imposto de modo retroativo.

Como já disse, as isenções fiscais são destinadas à modernização do processo ou à modernização do produto. Se uma fábrica de cosméticos faz o mesmo batom de sempre, mas com uma máquina nova, que produz mais batons por hora, gasta menos dinheiro e garante mais competitividade nesse nicho do mercado. É um exemplo de melhora incremental no processo. Mas é possível também fabricar um batom que, em vez de durar duas horas nos lábios da mulher, permanece 24 horas. A mulher não perde o batom. O produto foi melhorado. Melhoras tanto no produto quanto no processo podem representar a inovação tecnológica, desde que haja o intuito de ganhar mercado.

O incentivo à participação de escolas, de professores, de cientistas, é outro passo importante para modernizar as companhias. Em países mais desenvolvidos, algumas empresas nem têm departamento de pesquisa. Contratam universidades para fazer a pesquisa e desenvolver o seu produto. Isso porque o pessoal da universidade está muito mais capacitado para desenvolver produtos. Os custos são minimizados, pois, se a empresa tiver que reproduzir em seu laboratório o que a universidade já fez, gastará mais. A lei de inovação tecnológica permite deduzir esses custos com professores e cientistas. É uma maneira de incentivar a busca por pessoas capacitadas.

A lei de inovação tecnológica foi sancionada em 2004. É relativamente nova. Levará algum tempo para começar a funcionar, pois me parece que alguns setores do governo federal ainda não estão devidamente preparados. Uma montadora, por exemplo, sempre aprimora seus carros. Qualquer mudança tem dois objetivos: ter um produto que possa ser multiplicado indefinidamente e que seja funcional para quem o usa. Uma mudança no trinco da porta é meramente estética ou busca tornar o produto melhor? Talvez um ministério diga que mudança estética não é modernização. Mas o especialista em design automobilístico retrucaria que nenhuma mudança é feita senão como melhora incremental no carro. Se isso é verdade, um incentivo é previsto na lei de inovação tecnológica. No entanto, se a montadora consulta o governo para obter o benefício nesse caso, há grande risco de ele ser rejeitado.

A isenção não deve ser considerada simplesmente como dispensa de pagamento de tributo, mas sim algo relacionado a um fim específico

O ministério responde que é uma mudança estética e não uma melhora incremental no sentido que a lei prevê. Ou seja, o governo não entendeu o significado maior da inovação tecnológica. Nenhum empresário muda um produto que funciona bem por simples capricho. Muda porque há uma razão objetiva, porque pega melhor no trinco, dá mais segurança, a criança não pode abrir... Há órgãos ainda despreparados para regulamentar questões de inovação tecnológica. Não se pode permitir a má-fé nem que isenções ilegítimas sejam fornecidas, mas podemos exigir uma predisposição a examinar as mudanças com uma perspectiva científica.

Elidie Palma Bifano é advogada, doutoranda em Direito Tributário pela PUC-SP e professora do GVlaw.

OS LIVROS QUE FIZERAM MINHA CABEÇA



Marina Dias Weis

A professora da FFLCH-USP e presidenta da Associação Brasileira de Ciência Política revela, de histórias policiais a Weber e Antonio Candido, as obras que mais a influenciaram

Por Maria Hermínia Tavares de Almeida

O primeiro livro que me lembro de ter lido é um romance policial, *Atíria, a Borboleta*, da Lúcia Machado de Almeida. Essa história é um conto infantil, um suspense com animais – Atíria, a borboleta, é detetive. Imagino que desse livro derive o meu gosto por literatura policial. Quando estou cansada, relaxo lendo autores de suspense como Raymond Chandler, Dashiell Hammett, P. D. James e Colin Dexter.

Durante minha infância, li também toda a obra de Monteiro Lobato. Há certos livros que ajudaram a formar meus sentimentos morais, como *Os Miseráveis*, do Victor Hugo, provavelmente o livro mais importante da minha vida. Eu o li aos 12 anos e já naquela idade me marcou muito. Na adolescência conheci outro romance que teve importância em minha vida, de Jean-Paul Sartre, na verdade uma trilogia: *Os Caminhos da Liberdade*. Não é apenas de prosa que gosto. No final de minha juventude, li tudo o que havia de poesia Drummond. Eu gostava especialmente de Fernando Pessoa.

Fiz minha graduação em Ciências Sociais no final da década de 60, época em que havia uma forte influência da literatura marxista. Por isso, considero importantes os livros que abriram minha cabeça para elementos diferentes do universo do marxismo, como o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx, e a sociologia política de Max Weber presente em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Há ainda obras brasileiras que foram influências importantes, como *Formação Econômica do Brasil*, do Celso Furtado, e duas obras do Caio Prado Jr., *A História Econômica do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*.

No período do meu doutorado em Ciências Sociais, li Weber com mais profundidade, destacando os capítulos de sociologia política de *Economia e Sociedade*. Até então não conhecia *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, do Émile Durkheim, um livro muito interessante que me mostrou um Durkheim que eu não conhecera em minha graduação. Obviamente, também li *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Toda minha geração leu esse livro. Devo também mencionar Barrington Moore Jr., com *As Origens Sociais da Democracia e da Ditadura*. Há ainda livros que me ajudaram a sair mais um pouco do universo do marxismo: *The Making of the English Working Class*, de E. P. Thompson, uma história da formação da classe operária inglesa, e a obra de Norberto Bobbio. A partir da leitura de Bobbio, muitos fizemos a transição para uma bibliografia de tradição mais liberal. Seu livro *Marxismo e Estado* foi minha porta de saída do marxismo.

Em sala de aula, os livros dependem do curso que o professor lecionará. Mas um autor que recomendo a todos os meus alunos, não somente pelo conteúdo, como pelo estilo, é Antonio Candido. Se eu escrevesse bem, gostaria de escrever como ele! Todos deveriam ler *Formação da Literatura Brasileira*, um livro essencial, que deve fazer parte da formação básica de um brasileiro

instruído. Podemos apreciar a enorme economia com que Antonio Candido escreve. Ele demonstra que, para ser profundo, não é necessário ser confuso ou pedante. Houve uma época em que comprei cópias de *Iniciação à Literatura Brasileira*, um pequeno ensaio, para distribuir a todos os meus alunos.

Na formação de um cientista social há alguns livros muito importantes, como *A Democracia na América*, do Alexis de Tocqueville, *Poliarquia* e *Um Prefácio à Teoria Democrática*, do Robert Dahl, e *A Teoria da Democracia Revisitada*, do Giovanni Sartori. Recomendo ainda três livros que podem abrir a mente dos estudantes: *A Grande Transformação*, do Karl Polanyi, um livro muito interessante que mostra que, na realidade, o mercado é uma construção social. *Os Estabelecidos e os Outsiders*, do Norbert Elias, uma obra fantástica, é um estudo sobre um bairro operário na Inglaterra onde, do ponto de vista socio econômico, todos são iguais: têm a mesma renda, as mesmas condições de moradia. Apesar disso, a comunidade estabelece diferenças e hierarquias entre si. Outro livro incrível é *A Lógica da Ação Coletiva*, de Mancur Olson, uma discussão iluminadora que mostra como a ação coletiva não deriva necessariamente do compartilhamento de interesses coletivos.

Há ainda livros e autores nacionais muito importantes para os alunos de Ciências Sociais. José Murilo de Carvalho possui um livro grandioso, *A Construção da Ordem*, sobre a elite imperial e que nos dá a possibilidade de entender como o país se constitui e se mantém unido. *Cidadania no Brasil – O Longo Caminho* é um livro mais panorâmico e que permite aos alunos de graduação entender como se dá esse processo complexo de formação da cidadania no Brasil. Para entender como funciona o sistema político hoje em dia, sugiro *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*, de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi. É um livro fortemente empírico e que contém achados muito construtivos. Mostra que o que funciona no Congresso são os partidos e não as vontades individuais dos deputados e senadores, exatamente o contrário do que o senso comum imagina. É um excelente exemplo de como uma boa pesquisa pode mudar a maneira como as pessoas olham os processos políticos.

No momento estou no meio da leitura de *Khrushchev's Cold War*, uma visão da guerra fria do lado da União Soviética. Os autores Aleksandr Fursenko e Timothy Naftali usaram os arquivos soviéticos para contar como era a visão do lado dos soviéticos da guerra fria. Também devo mencionar um livro maravilhoso que eu nunca havia lido. *O Exército de Cavalaria* é um clássico da literatura que eu não conhecia, do autor Isaac Bábel. É uma das obras mais bem escritas que já li.



Formação da Literatura Brasileira, **Antonio Candido. Ouro sobre Azul, 2006 [1ª edição: 1975]. R$ 80,00**

Poliarquia, **Robert Dahl. Edusp, 1997 [1ª edição: 1972], R$ 37,00.**

Executivo e Legislativo na NovaOrdem Constitucional, **Argelina Figueiredo e Fernando Limongi. FGV, 1999, esgotado.**

Dependência e Desenvolvimento na América Latina, **Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Civilização Brasileira, 2004 [1ª edição: 1969], R$ 33,00.**

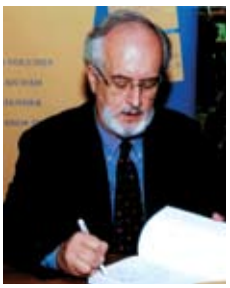
Os Estabelecidos e os Outsiders, **Norbert Elias. Jorge Zahar, 2000. R$ 39,90.**

A Lógica da Ação Coletiva, **Mancur Olson, Edusp, 1999 [1ª edição: 1965], esgotado.**



RAYMUNDO FAORO E A REVELAÇÃO DE UM OUTRO BRASIL

Embora sem título de doutor, ele escreveu um clássico de leitura indispensável até entre doutores



Por Carlos Guilherme Mota

Eu já conhecia *Os Donos do Poder*, um livro importante, mas só tive contato com seu autor, Raymundo Faoro, pessoalmente, quando ele veio a São Paulo para argüir minha tese *Ideologia da Cultura Brasileira* como membro da banca de livre-docência, nos idos de 1975. Aquele livro foi decisivo para mim, pois andava amargurado com os rumos do nosso país, como volto a estar atualmente. Acabo de escrever uma volumosa *História do Brasil*, utilizei a obra do jurista e fiquei mais cético quanto aos nossos destinos, nesta terra das impunidades.

Na verdade, àquela época poucas pessoas haviam lido Faoro para valer. Florestan Fernandes, uma referência em minha caminhada, já citava sua obra quando falava de uma sociedade de estamentos, classes e castas, e mencionava "os donos do poder", assim entre aspas. Era obviamente uma apropriação do conceito do Faoro, que ele respeitava muito. Também o Oliveiros Ferreira, do Estadão e professor da Ciência Política da USP, estudava o tal estamento militar; para ele, os militares constituíam um estamento com regras e valores próprios, o que não significa exatamente uma classe social no sentido de "a burguesia". Outros que certamente conheciam a obra de Raymundo Faoro eram o Fábio Comparato, o Gabriel Cohn, o Evaldo Vieira. E o "subversivo" Maurício Tragtenberg, registre-se, bem acolhido na FGV-SP durante a ditadura, graças à coragem do mestre Angarita. Todos esses liam o Faoro de fato, pois em geral se falava muito nele, numa "outra visão do Brasil" elaborada por um advogado gaúcho, mas pouca gente conhecia de fato seu livro.

A primeira edição é de 1958, discreta, muito sintética e enxuta. A segunda edição, de 1975, é mais volumosa, o dobro da primeira. Dos intérpretes do Brasil, o que líamos naqueles anos era o Nelson Werneck Sodré, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, o próprio Florestan. Quanto ao Faoro, sabia-se vagamente de sua existência física, um gaúcho de Vacaria que havia publicado aquele livro pela tradicional Editora Globo de Porto Alegre, por onde andava o Érico Veríssimo.

Os Donos do Poder... Com o subtítulo "Formação do Patronato Político Brasileiro", chamou-me a atenção desde seu lançamento, quando eu estava saindo do Colégio Estadual Roosevelt, onde já tinha ouvido falar - imagine só - de Furtado e Florestan (Caio Prado Jr. era nosso arroz com feijão). Mas o Faoro concluía o livro de maneira radical: depois de examinar seis séculos de história do estamento burocrático, com todo aquele aparato jurídico-político de Portugal transplantado para o Brasil, terminava com uma frase tremenda, que punha em xeque a própria idéia de Cultura Brasileira. E era isso que eu andava pesquisando, anos depois, já no Departamento de História da USP, sob a ditadura. Dizia ele que, dada a persistência burocrática, no transcurso de toda a história do Brasil ao longo de seis séculos, jamais emergira a genuína cultura brasileira. A última frase do livro de 1958 era e é impactante: "A principal conseqüência cultural do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático é a frustração do aparecimento da genuína cultura brasileira".

Fiquei atônito. Com tal conclusão, ele respondia à minha principal dúvida de então: existe, de fato, uma Cultura Brasilleira? Nela estava embutido o problema da identidade cultural e política do país, tão questionada naqueles anos do reformismo desenvolvimentista da democracia patricial de JK e da democracia populista de Jango. E, depois, da ditadura, sobretudo a do período do Medici e da luta armada. Quem éramos nós, afinal?

Em 1958 tudo isso era muito radical, e hoje continua sendo, infelizmente, pois nossa História pouco muda em suas estruturas básicas, sobretudo na esfera das mentalidades. Naquele momento, o pitoresco oficial Jorge Amado falava gostosamente da cultura brasileira (tudo se "dissolvendo no saboroso, no gorduroso, no apimentado do regional", ironizou o Bosi), e pontificava um envelhecido Gilberto Freyre, guardião de nosso exotismo tropical, numa fase ainda respeitável, anterior ao golpe de 1964. No meio marxista, em que eu vivia, o nome do "Faôro" (era assim que se pronunciava; o certo é Fáoro) era anátema, por se tratar de um weberiano. Julgamento medíocre e apressado. Só que ele fornecia dois elementos fundamentais para nós pensarmos o Brasil: falava de formas de expropriação que não se encaixavam muito bem no esquema interpretativo baseado nas lutas de classes do marxismo dogmático (não que Faoro desconhecesse conflitos), e fornecia elementos para refletirmos sobre o Estado patrimonialista brasileiro e seus mecanismos de cooptação, conciliação, debilidade político-ideológica dos partidos e, como resultado, a corrupção como modo de vida. Com o conceito de estamento, onde se processa essa mistura do público e do privado, tipificador do coronelismo e do neocoronelismo atual, Faoro jogava novas luzes, oferecendo um outro instrumento para entendermos a cultura política do universo patrimonialista, em vigência até hoje. Mais ainda, oferecia ao leitor uma análise de nossa História vista na longa duração, com enorme fôlego, na perspectiva histórica de seis séculos.

Faoro foi um corajoso ao propor e escrever uma história de seis séculos, enquanto nós e nossos professores em toda a USP ficávamos burilando temas específicos, períodos curtos, quanto muito o período imperial, o período republicano, em nome da erudição e da "seriedade". Note-se que Furtado, Faoro, José Honório Rodrigues e Caio Prado Júnior, que escreveram obras de grande abrangência cronológica, eram estudiosos externos aos quadros universitários e às cátedras, sem compromisso com questiúnculas infernais de erudição, de métodos, técnicas, ou futricas departamentais. Exceções no meio acadêmico foram poucos, como Antonio Candido, Florestan, Eduardo Portela, e agora também Alfredo Bosi, Aderaldo Castello e Ivan Junqueira, Sábato Magaldi, dentre poucos e bons.

Achávamos que Marx não usava o conceito de estamento, que isso era "weberiano". Ignorância, pois bastaria ter lido *O Capital* na excelente tradução de Venceslao Roces

A segunda contribuição de Raymundo Faoro residia na possibilidade de reinterpretarmos a História Social e das Mentalidades no Brasil a partir desses conceitos de patrimonialismo, de estamentos, classes, castas e ideologia (todos juntos). Veja, por exemplo, essa "nobreza" pernambucana ou as castas na Bahia. Nós achávamos que Marx não usava os tais conceitos, que isso era "weberiano". Ignorância, pois bastaria ter lido *O Capital*, na excelente tradução mexicana de Venceslao Roces. Usávamos esses conceitos com muito medo, mas Faoro nos dava a possibilidade de entender a pirâmide social em situação colonial, em que as lutas de classes ocorriam de modo tão simples, o senhor do engenho contra o escravo, a "classe" dos senhores contra a "classe" dos escravos, e assim por diante.

Não, o que Faoro nos mostrava era a força, os valores e as formas de dominação do estamento senhorial, ainda hoje presentes na visão a partir da varanda de certos cientistas sociais, juristas, economistas e cientistas políticos, e a triste existência de castas lá embaixo, aprisionadas em quadros mentais coloniais de longa duração. Ajudava-nos a enxergar remanescências disso tudo, as heranças colonial e bragantina, visíveis até hoje nas relações entre patrões e empregados. Em suma, esclarecia a razão da fragilidade das relações contratuais de trabalho no Brasil, a ausência de sentimento de cidadania efetiva, o racismo, o classismo e o estamentalismo rançoso que vem até os dias atuais. O negócio era, portanto, mais complicado.

Esse conceito estranho, estamento, vinha por meio de Max Weber. Mas, com o tempo, descobrimos que também no alemão Karl Marx existe a palavra estamento, stände. Mais: "Stände und Klassen", estamento e classe. Marx, observando a formação do capitalismo na Alemanha, falava até de uma transição, em que coexistiam os estamentos pretéritos e as classes futuras. Veja só! Se não me engano isso está na *Ideologia Alemã*, como quem diz "aqui existe uma sociedade oligárquica antiga", que eram os estamentos do passado, as famílias tradicionais, os proprietários rurais ainda marcados pelo feudalismo, mas também uma nova classe emergente... No caso do Brasil, o dramaturgo Jorge Andrade percebeu isso, quando falava da velha aristocracia do café empobrecida, "declassé": a noção de estamento atravessa sua obra, embora ele não tenha necessidade de usar o vocabulário histórico-sociológico nem o uspês.

O Faoro jogava uma luz forte nessa transição para uma sociedade capitalista moderna, que é bastante difícil, lenta e incompleta na história do Brasil. Incompletude que explica o presente miserável em que vivemos: nem uma revolução burguesa em profundidade nós tivemos, nem o tal "choque de capitalismo" advogado pelo Mario Covas. O jurista-historiador foi buscar o problema nas raízes, em Portugal, e mostrou a assustadora persistência cultural do domínio do patronato que explica essa frustração do aparecimento da genuína cultura brasileira. O que permite compreender, acho eu, o mau humor e a desesperança de Arnaldo Jabor, Luis Fernando Verissimo, Roberto DaMatta e muitos outros críticos da atualidade. E também o esvaziamento da cultura política dos partidos, a começar pelo PT e pelo PSDB.

Raymundo Faoro fornecia esses elementos com uma linguagem àquela época estranha para nós, falando de estamentos, patrimonialismo etc. Embora ele seguisse a periodização – período colonial, depois da independência e o da república –, tinha uma interpretação que ultrapassava esses e outros marcos, porque havia persistências estruturais de natureza variada. A história das oligarquias, por exemplo, não parou em 1930, como pensávamos. Ela continua. E a da burguesia ou do proletariado não é tão nitidamente datada quanto na Europa ocidental. Para nós era esse o problema, porque estudávamos o fim da Primeira República como se fosse o fim das oligarquias. E a chamada Revolução de 30 não deu cabo delas, quando muito a abalou um pouco. Aplicávamos modelos errados e nem percebemos logo o que ocorreu em 1930 ou 1964. Na verdade foram rearranjos de oligarquias com o capital nacional e internacional, como hoje se sabe, e estão aí Sarney, ACM e tantos outros como documentos vivos.

Ele trazia então essa visão nova, focalizando o Estado com a tese básica de que, no Brasil, o Estado surge antes da nação, antes mesmo que a sociedade

Ele trazia então essa visão nova, focalizando o Estado com a tese básica de que, no Brasil, o Estado surge antes da nação, antes da sociedade. Como não houve uma revolução até hoje – aí Florestan Fernandes completa: não houve sequer uma revolução burguesa para redefinir as hierarquias sociais –, nós ainda pensávamos, imagine, na possibilidade de uma revolução proletário-camponesa. Depois, batendo de frente com a História, descobrimos que nem camponês tínhamos aqui, naquele sentido europeu. Camponês é outra coisa, é categoria da História européia, onde houve feudalismo.

Então o Faoro, filho de imigrantes italianos, nos obrigava a repensar e discutir todo esse instrumental conceitual que estava na base de nossos estudos e pesquisas. Era a sociedade colonial uma sociedade de classes ou uma sociedade estamental-escravista? Acho que Faoro e Florestan foram os responsáveis principais por uma revisão conceitual para pensar esta sociedade – trata-se de uma sociedade de classes? Ou é uma sociedade de estamentos e classes? E as castas, como elas funcionam, que tipo de consciência social são elas portadoras?

Discussões que irritavam o Sérgio Buarque, filho do estamento senhorial.

O livro do Faoro veio à tona quando discutíamos interpretações do Brasil. Assim como a geração anterior leu Caio Prado Jr. (que rompeu com o estamento senhorial a que pertencia), Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, a nossa geração passou a ler, ou pelo menos a se inquietar muito com Celso Furtado, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Antonio Candido. Esses foram os personagens que surgiram para nós como os novos explicadores do Brasil, em relação à geração anterior. Raymundo Faoro examina bem o Estado; Celso, a economia política; Florestan, a sociedade; Antonio Candido, a literatura. São essas as estrelas, os grandes formadores do novo pensamento brasileiro, e Faoro entra aqui como um grande dissonante porque, primeiro, não era um professor universitário, não tinha nem doutorado. Essa falta de títulos, aliás, quase foi um empecilho para participar de minha banca de livre-docência, em 1975. Na banca, montada pela congregação, estavam nomes como Afonso Arinos de Melo Franco, a catedrática de História do Brasil, Miriam Ellis (filha do interventor na Faculdade de Filosofia da USP), Francisco de Assis Barbosa, Sérgio Buarque de Holanda, com quem eu tinha mantido uma polêmica vigorosa no Estadão, por causa exatamente do conceito de estamento (ele quase acabou comigo, mas respondi; imagine, Sérgio Buarque contra um "bagrinho", um professor em início de carreira).

Meus colegas Maria Sylvia Carvalho Franco, Marilena Chauí, Walnice Galvão e Alfredo Bosi lutaram, dentro da congregação, para desmontar tal banca. E conseguiram, o que não era, digamos, usual. Depois das cassações, a USP estava muito fechada. Permaneceu o catedrático Oliveira França, que dizia, sobre o meu livro *Ideologia da Cultura Brasileira*, "isso aqui é jornalismo". Ao que respondi: "Os jornalistas é que estão fazendo as coisas hoje, não os historiadores". Continuou também a Sônia Siqueira. No lugar de um dos antigos entrou o Michel Debrun, cientista político da Unicamp, crítico notável, como também o geógrafo e historiador Manoel Correia de Andrade, do Recife. E entrou o Raymundo Faoro.

Foi quando se levantou a objeção, na congregação: "Mas o Faoro não tem título". Com esse tipo de mecanismo da socidedade estamental é que se vetam as pessoas. Aí eu informei: "Ele é doutor por 'notório saber' pelo Rio de Janeiro". E passou, com essa mentira de minha lavra. Nós mentimos e passou em votação apertada o nome de Raymundo Faoro. Entrou no estamento, digo, na banca em minha Faculdade graças a essa mentira, que agora assumo. Até foi uma glória romper com ele, na votação de seu nome, o estamento, que quase é todo feito de mentiras, regras absurdas, comissões examinadoras por vezes estranhas, medalhinhas e promoção de imbatíveis mediocridades.

Minha tese foi encaminhada aos componentes da banca em junho de 1975. O livro saiu em 1977, com um belíssimo prefácio do Alfredo Bosi. O melhor do livro, digo sem falsa modéstia, é esse prefácio. Na tese há três personagens fortes: Florestan, Antonio Candido e Faoro. Dou uma malhada no Gilberto Freyre por causa daquela coisa da composição social, da miscigenação etc. Praticamente não cito Sérgio Buarque, mas também não estudo Caio Prado Jr. Durante a defesa, o salão nobre ficou lotado, porque vinham o Faoro, o Manoel Correia (um homem da esquerda sofisticada) e vinha o Michel Debrun, um liberal complexo, crítico, um estudioso do pensamento brasileiro. Os três, aliás, de fora da Faculdade, me deram dez em todas as provas; não os dois professores da casa. Antonio Candido e Florestan Fernandes foram assistir. Foi um acontecimento, com nosso salão nobre (de pequena nobreza, diga-se) lotado, passar quatro dias nas mãos desses senhores. Faoro não se sentiu incomodado por ser personagem. Ele me disse uma coisa importante: "Eu achei que um livro desses, uma análise desse tipo, fosse surgir só daqui a uns dez anos". Fez também uma ironia gaúcha com o então jovem paulistano: "Dr. Mota, nós estamos aqui reunidos para churrasqueá-lo". Foi nessa ocasião, como já disse, que conheci Raymundo Faoro pessoalmente.

Aí informei: "Ele é doutor por 'notório saber', pelo Rio de Janeiro". E passou, com essa mentira de minha lavra... Mentimos e passou em votação apertada

Seu livro *A Pirâmide e o Trapézio* estava saindo naquele momento, que li, obviamente, para ser argüido. Livro pelo qual tenho admiração, pois analisa os estamentos na narrativa do mestre maior da nossa língua, Machado de Assis. A pirâmide é representação de uma sociedade piramidal,

em oposição ao trapézio, uma imagem rebaixada. Mas, como se passa de uma para outra? Isso tudo Faoro descobriu dentro da obra do Machado de Assis, com exemplos, e ali estão todos os ingredientes. É um exercício muito bem-feito dentro da obra do Machado de Assis.

Após aquele ano terrível, 1975, o do assassínio do Vladmir Herzog, a sociedade civil se articulou. E o jurista foi a pessoa que mais bem enfrentou o regime militar, um aríete, quando o ministro da Justiça era Alfredo Buzaid. Ficou célebre o episódio em que ele vai, em nome da OAB, ao escritório do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro, porque vinha recebendo denúncias de que pessoas estavam sendo torturadas, alguns colegas nossos, como o professor José Salvador Faro, muito torturado, dentre outros. Buzaid saía do escritório do ministério no Rio quando foi interpelado por Faoro na escadaria, que lhe disse: "Precisamos acabar com a tortura, senhor ministro". Buzaid sorri e diz: "Não há torturas no Brasil". Faoro usa então um palavrão de baixo calão, sobretudo em termos gaúchos, que é dos piores, tanto que não foi publicado. Sei porque jornalistas me contaram, é uma coisa até preconceituosa: "Seu filho da puta, turco cão". Parece que, para gaúcho, uma expressão com essa, "turco cão", é a pior coisa que existe. O impasse durou alguns segundos, mas Buzaid não deu resposta à altura. Ficou lívido, desconversou e foi embora.

Ele era um homem muito bom de copo e de conversa, amigo de Severo Gomes, de Paulo Sérgio Pinheiro, de Mino Carta, do Elio Gaspari. Voltava sempre ao tema quando falávamos de democracia representativa no Brasil: "Algumas idéias da Revolução Francesa que atravessaram o Atlântico não se enraizaram muito bem aqui. Talvez nada. O que é um jacobino, no Brasil? Existem vários tipos de jacobino, mas suas ações não resultam em revolução". Faoro formulou algumas teses sobre parlamentarismo em geral, o parlamentarismo vazio do Segundo Império, o permanente regressismo, a debilidade das ideologias políticas, a questão do estamento burocrático e da burocracia propriamente, da Consituinte, da Anistia... Escreveu páginas antológicas quando fala da fisionomia do chefe do governo, como é que o estamento vai apurando a chefia única. No correr da leitura, percebe-se que isso valia para o Medici, mas também para o Geisel, e mais recentemente para o Fernando Henrique, para o Lula. O conteúdo do Estado democrático de direito, a burocracia o afunila devagar, esmagando-o, aplastando-o – a burocracia, expressão formal do domínio (aparentemente) racional próprio do Estado, mas também a empresa pseudomoderna e a todo-poderosa máquina do tal estamento burocrático, com todos seus tentáculos, que nasce do patrimonialismo. O estamento se atualiza e perpetua sempre em outro tipo social, capaz de absorver novas técnicas, criando novos mecanismos de apropriação, e até vocabulário aparentemente novo, em nome da "flexibilização", da "globalização", e assim por diante. E, sábio, cria todos os contra-argumentos para nutrir a contra-revolução, evitando o perigo de uma ruptura político-institucional, econômica ou social. Daí a força da ideologia da Conciliação, que Magabeira Unger, Weffort e outros praticam com galhardia.

Finalmente, eu sugiro um método de leitura. "Como ler Faoro." É simples. Quem começar *Os Donos do Poder*, a partir do começo, vai parar na página 40 ou 50. Não vai adiante porque tem uma discussão teórica, weberiana. Em vez disso, leia o último parágrafo do livro, mas leia com calma e pense. Sobretudo pense. Depois, leia três ou quatro páginas atrás, por exemplo a partir do parágrafo que começa assim: "O divórcio dos mundos estanques...". Por fim, ler todo o último capítulo, que é a viagem redonda, do patrimonialismo lá atrás, do século XIII, até o estamento agora. É muito bonito esse capítulo, porque é a síntese, mas é uma leitura deve ser feita com o coração leve. Pondo-se uma linha do tempo, no papel, percebe-se que é um grande vôo, uma grande interpretação do Brasil. A partir de então, começar pelo começo, com calma, para boa meditação.

Quem começa a ler *Os Donos do Poder* vai parar na página 40, pois é uma discussão weberiana. Inicie pelo último parágrafo do livro, mas leia com calma e pense

Em suma, é um texto denso, de autor que manteve uma relação muito forte com a sociedade civil e escreveu obra clássica, mesmo sem possuir título universitário de doutor.

Carlos Guilherme Mota é Professor Titular de História Contemporânea da FFLCH-USP e Pesquisador Sênior da Escola de Direito da FGV-SP.

agência

MBA FGV



REFERÊNCIA
EM EDUCAÇÃO
EXECUTIVA.

CURSOS PRESENCIAIS

Administração de Empresas
Advocacia Cível | Bens Culturais
Cinema | Comércio Exterior
Direito | Empreendedorismo
Finanças | Gestão de Pessoas
Gestão Empresarial | Gestão Industrial
História | Logistica | Marketing
Meio Ambiente | Negócios
Petróleo e Gás | Projetos | Saúde
Tecnologia da Informação | Vendas

CURSOS A DISTÂNCIA

Gestão | Finanças | Meio Ambiente
Projetos | Recursos Humanos

www.fgv.br/sp

ABC: 0800 550 590 - Alphaville: 0800 77 22 788
Guarulhos: 0800 77 28 909 - São Paulo: 0800 77 22 778

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

A PRÁTICA QUE FAZ A DIFERENÇA

O Centro de Documentação da FGV, no Rio, além de notável acervo de documentos históricos e de estudos, conta com uma equipe que realiza pesquisas inovadoras e dá suporte à recém-criada Escola Superior de Ciências Sociais

Por Carlos Costa
Colaborou Camila Ploennes

Dentre os bons núcleos de pesquisa aplicada na área de Ciências Sociais no Brasil, o FGV-Opinião ocupa lugar de destaque, por apresentar um programa de trabalho sem o viés doutrinário. "Como nossa especialidade é o desenvolvimento de tecnologias de pesquisa, realizamos estudos bastante diferenciados, alguns que até poderiam ser considerados um pouco esquisitos, ou pelo menos heterodoxos", comenta Marcelo Simas, doutor em Ciência Política e diretor do núcleo. Marcelo alia a prática da pesquisa à docência. É professor nos cursos de Administração, Direito e Economia da FGV do Rio de Janeiro.

O FGV-Opinião foi criado em 2002 pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC, que desde 1975 organiza e sustenta um acervo composto por arquivos pessoais de personagens históricos brasileiros do século XX.

Desde seu ano de nascimento, 1973, o CPDOC empreendeu a tarefa de realizar o registro oral de depoimentos de personalidades que participaram ou construíram a história recente do Brasil. Resultado: hoje seu acervo guarda aproximadamente 800 entrevistas e 2 milhões de documentos informatizados, disponíveis para consulta gratuita, alguns deles no próprio site do Centro de Pesquisa e Documentação. Esse acervo oferecido online inclui, por exemplo, transcrições de entrevistas com Juscelino Kubitschek e Celso Amorim, entre outros. "O CPDOC é um grande produtor de bens públicos, então tudo isso é gratuito, a idéia é disponibilizar para o máximo de acesso possível", reforça Marcelo Simas (leia o quadro: "Um centro de excelência").

Estudos heterodoxos, novas abordagens

O diretor do FGV-Opinião afirma que a área de pesquisa do CPDOC é tradicionalmente acadêmica e voltada para estudos qualitativos – como identidade nacional, educação, justiça e cidadania. No entanto, considerando que a área de Ciências Sociais tem espaço para desenvolver soluções para clientes dos setores público e privado, o CPDOC diversificou suas atividades e montou esse núcleo, destinado também à pesquisa não-acadêmica. "O FGV-Opinião surgiu em 2002 para dar conta de pesquisas tanto quantitativas como qualitativas, só que de uma forma mais aplicada", explica.

Apesar de ter a palavra "opinião" no nome, isso não resume as atividades do núcleo. "Realizamos muitas pesquisas de opinião ou de percepção, mas nos dedicamos a todo tipo de pesquisa social aplicada", explica Simas. Recentemente o FGV-Opinião desenvolveu pesquisas para o setor de energia elétrica, com destaque para a Ampla, concessionária de energia no interior do estado do Rio de Janeiro e em parte da região metropolitana – que é abastecida pela Light.

Entre os estudos realizados nos últimos anos, a equipe sob direção de Simas investigou as ações de furto de energia elétrica. Já que esse trabalho aborda uma prática que configura crime, as pessoas evitam falar sobre o assunto. "O nosso desafio então foi justamente encontrar evidências empíricas sobre o que é o furto de energia em termos de fenômeno cultural", detalha. E o resultado, segundo ele, mostra que existem razões culturais para as pessoas acreditarem ser legítimo furtar energia.

Outra pesquisa em andamento é uma estimativa nacional do consumo de lenha, que chega a representar 19% da matriz energética brasileira. De acordo com Simas, certas indústrias têm resultados até três vezes mais positivos com essa fonte de energia do que com outros combustíveis. "O aço produzido em siderúrgicas que utilizam lenha em vez de carvão mineral, por exemplo, é de qualidade superior", garante. Ressalta ainda que, para as dificuldades energéticas de um país de terceiro mundo, essa fonte renovável torna-se alternativa viável do ponto de vista ambiental. "O desafio dessa vez é medir a quantidade e os modos do consumo de lenha, porque ela é usada por diversos públicos, em vários setores da economia", pondera. Além disso, há o problema do contrabando, da depredação ambiental e do corte não-autorizado de mata que dever ser preservada.

Na área de medição específica de opinião pública, o FGV-Opinião tem um índice de percepção de insegurança, apelidado "índice do medo". O objetivo desse trabalho é avaliar o nível de percepção de insegurança em diferentes capitais do país, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo ou Vitória. "As pessoas imaginavam que o resultado apontaria o Rio como a capital em que seria maior a percepção de insegurança, mas não foi isso o medido", conta. O estudo mostrou que, talvez devido ao surto de violência em Vitória na época das entrevistas, a percepção do medo esteve mais



A equipe do FGV-Opinião. Da esquerda para direita: Monique Menezes, Igor Coutinho, Marcelo Simas, Elizete Ignácio, Leandro Molhano, Jimmy Medeiros

presente naquela cidade, enquanto no Rio as pessoas já criaram hábitos e táticas para diminuir essa sensação de insegurança, aprendendo a conviver com ela.





Os alunos da Escola Superior de Ciências Sociais em visita a um baile funk, como pesquisa de campo. Antes já tinham entrevistado o Rômulo e entrevistam outros DJ's e músicos. À direita, cena do baile

Criação de padrões e procedimentos

Um dos bons trabalhos apresentados pelo FGV-Opinião foi realizado por encomenda do governo federal. Essa consultoria aconteceu na área de pesquisa de satisfação, como parte de um projeto de avaliação de políticas públicas, e deu origem ao IPPS – Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação. O objetivo desse sistema (que inclui metodologia de pesquisa para o cálculo da satisfação, num pacote com software e manuais) é viabilizar recursos para que pequenas unidades de atendimento possam executar pesquisa de satisfação e qualidade de atendimento, estabelecendo diálogo com seus usuários. Entre as repartições e organismos que podem aplicar esse tipo de medição, e assim realizar correções de rota ou rever critérios de atendimento, estariam postos regionais do INSS, Delegacias Regionais do Trabalho, pequenas prefeituras do interior, empresas de médio porte. "Hoje em dia até prefeituras e grupos do Judiciário têm usado esse pacote de metodologia de pesquisa", conta Marcelo Simas.

Na direção do FGV-Opinião há três anos, ele trabalha com a proposta de que o núcleo é pensado como um complemento do curso de Ciências Sociais, criado recentemente no âmbito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. "É uma fonte de trabalho, tanto de estágio como de colocação profissional para os formados", diz. A equipe por ele comandada conta com Elizete Ignacio, mestra em Antropologia com especialização em Cultura Popular; Jimmy Medeiros, graduado em Ciências Sociais; Leandro Molhano, doutor em Ciência Política e especialista em Políticas Públicas; e Monique Menezes, doutoranda em Ciência Política, que trabalha na área de Regulação e Políticas Públicas e estuda o marco regulatório do setor de energia elétrica brasileiro, comparando-o com outros países e desenhando um panorama de incentivos e problemas.

A Escola Superior de Ciências Sociais, criada pelo CEPDOC em 2006, agora em seu segundo ano de implantação, é outra das inovações da Fundação Getúlio Vargas. Helena Bomeny, professora e pesquisadora, atual diretora de ensino do CPDOC, e o professor Jairo Marconi Nicolau, diretor do FGV-Opinião em 2005, elaboraram a maior parte das ementas do curso, dando-lhe uma configuração nos moldes criativos e abridores de novos caminhos que são marca da FGV. Segundo Simas, o curso apresenta uma grade curricular "drasticamente diferente" das grades de outros cursos, com um projeto pedagógico voltado para uma sólida formação teórico-metodológica, fornecendo ao aluno instrumentos para que possa atuar na vida prática, nas mais diversas instituições políticas, culturais e sociais do país. Atendendo apenas duas turmas, que somam cerca de 30 alunos cada, "esse curso busca uma formação voltada para a

prática, e essa é a tônica da FGV", diz Marcelo Simas.

Pesquisa nos bailes funk

Exemplo disso é o Laboratório de Pesquisa Social Aplicada (Lapesa), cuja idéia é prover experiência de pesquisa para o discente de primeiro período do curso. A proposta é que o aluno que entra no curso se familiarize e saiba o que significa trabalhar com Ciências Sociais.

Nesse laboratório, faz-se uma combinação de aulas expositivas teóricas e atividades práticas, como aplicação de pesquisas na rua. No ano passado os alunos realizaram um estudo comparativo do consumo de cultura e lazer na zona sul do Rio de Janeiro e na região centro-sul e oeste de São Paulo. Chegaram à conclusão de que a percepção sobre lazer e consumo cultural nas duas cidades é muito semelhante. Cariocas e paulistanos de bairros de classe média e classe média alta não diferem muito no modo como vêem e valorizam a cultura. O que o estudo mostrou foi que os cariocas freqüentam mais os "equipamentos culturais", como teatros e cinemas. Talvez até pela maior facilidade de acesso e concentração da oferta no Rio de Janeiro.

O fator que mais inibe o acesso dos cariocas a centros de cultura e lazer é a violência, enquanto para os paulistanos é locomoção: distância e congestionamentos. De acordo com os resultados, os equipamentos culturais principais do Rio de Janeiro ficam próximos ao corredor em torno do metrô ou têm fácil acesso com ônibus e táxi mais baratos do que os da capital paulista.

Terminada essa rodada, agora os alunos se dedicam a outra pesquisa. Desta vez voltada para o consumo cultural entre a população de baixa renda. Os alunos da Escola Superior de Ciências Sociais da FGV do Rio investigam com o FGV-Opinião como funciona a cultura do funk do Rio de Janeiro em termos econômicos: o tamanho desse mercado, o número de empregos criados e como se dá o movimento de dinheiro, a geração de impostos. "A idéia é ensinar os alunos a fazer pesquisa social relevante", destaca Simas.

O fato de o movimento dos bailes populares funk passar por um momento difícil de discriminação, pela associação estabelecida com o tráfico de drogas, foi um dos motivos para a realização do estudo. "O funk tem sido muito relacionado ao crime e ao sofrer preconceito e repressão está sendo quase que dado de bandeja para o crime organizado", alerta Simas. "Porque se a sociedade e a polícia reprimirem os bailes, como tem sido feito, o único local onde haverá bailes e baladas será onde a lei não chega", argumenta. Para ele a repressão oficial transforma o funk, de fato, em algo que ele não é: um estilo ou tipo de gueto.

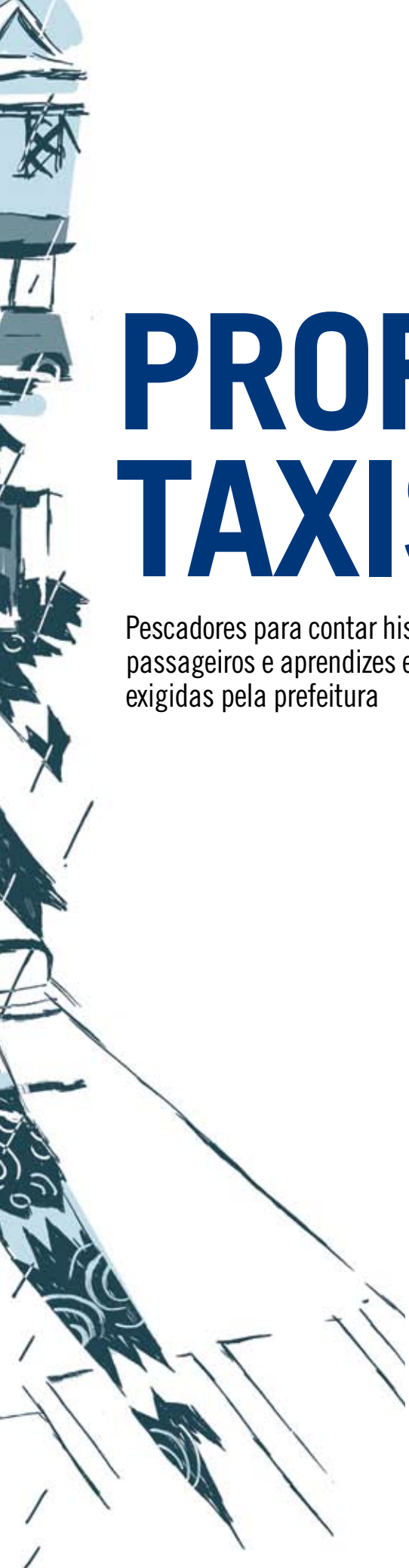
Esse, no entanto, não é o primeiro trabalho realizado pelo FGV-Opinião e o curso de Ciências Sociais abordando a discriminação. Há pouco eles concluíram pesquisa semelhante com o "Techno Brega" na cidade de Belém do Pará. "O interessante é que, depois da divulgação desse estudo, o pessoal do Techno Brega conseguiu muito mais repercussão, até inventivo e apoio". Os integrantes e seguidores desse estilo musical discriminado, uma vez demonstrado o peso econômico e social representado pelo movimento, conseguiram um assento para conversar de maneira mais qualificada, tanto com o governo do estado quanto com a prefeitura da cidade de Belém, reconhecidos como uma das forças vivas da cidade.

"A Fundação Getulio Vargas patrocinou a realização desse estudo, como agora, nessa pesquisa com o pessoal do funk: são recursos do próprio CPDOC. É um investimento nosso em atividades em que acreditamos e que têm relevância pública", conta Marcelo Simas. "Esperamos que ele tenha um efeito semelhante aqui no Rio de Janeiro."

Um centro de excelência

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas desde sua criação, em 1973, seguiu a proposta de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, além de patrocinar e desenvolver pesquisas históricas que tenham seu próprio acervo como fonte privilegiada de consulta. Os conjuntos documentais doados ao CPDOC constituem hoje o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país: reúnem cerca de 1,8 milhão de documentos. A organização desses arquivos e sua abertura à consulta pública, hoje informatizada, são a razão de ser do CPDOC. Para cadastrar-se e realizar pesquisas gratuitas online, basta acessar http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm


COMETA
TAXI
TAXI
RUA DA ALEGRIA



PROFISSÃO: TAXISTA

Pescadores para contar histórias, psicólogos dos passageiros e aprendizes empolgados nas aulas exigidas pela prefeitura

Por Beatriz Rey
Ilustração Nik

Sexta-feira chuvosa em São Paulo. Seis e meia da tarde, o trânsito pára em Pinheiros, zona oeste. 3,6 milhões de automóveis andam com a primeira marcha engatada. Há 15 pontos de alagamento na cidade. As plataformas do metrô estão abarrotadas. Em frente ao metrô Vila Madalena há um ponto de táxi. Uma esticada de mão é suficiente para um Honda Fit novo aparecer. "Vou até a General Jardim, sabe?"

Cássio tem pinta de malandro. Com dois minutos de corrida conta sobre quando "um passageiro entrou no meu táxi uma vez e me seqüestrou junto com o veículo. O assaltante ameaçou atirar, eu me desdobrei, segurei a roleta do revólver calibre 38 e não deixei". Ele sempre sabe quando vai ser assaltado. Cássio não negocia o preço das corridas, porque isso seria menosprezar seu trabalho. Não é qualquer taxista que investe R$ 1.800 em um mapeador eletrônico da cidade de São Paulo, capaz de achar qualquer endereço e o melhor trajeto no menor tempo possível. Um pequeno cartão transparente traz um adesivo colado em forma de aviso: não use drogas. "Vira e mexe um camarada entra no meu táxi querendo cheirar coca!"

Terça-feira, fim de tarde em São Paulo. Pressa para chegar em casa. Aceno na rua Joaquim Antunes e um Golf encosta. Paulo é um cronista nato. "Sabia que esta rua aqui tem mais de 90 cachorros?" Todos os moradores são ricos, não têm o que fazer e compram um, dois, três cães. Passeiam pelo lugar o dia todo. Já tinha perdido as contas de quantos animaizinhos tinha visto em frente ao prédio mais caro. Ah, ele gosta de bichos, mas é difícil cuidar, não é?

Taxistas, a princípio, são motoristas, trabalhadores e pais ou mães de família. Mas podem ser também secretários, amigos, terapeutas, parceiros de droga, economistas frustrados, mineiros, baianos, cearenses, recém-chegados à capital e perdidos nas ruas, apreciadores de Bruno e Marrone ou Nancy Sinatra, apaixonados por namoradas frias, piscianos, taurinos, alvo de calotes, camaradas no preço, ex-donos de restaurante, ex-motoristas particulares... São contadores de histórias que preenchem o vazio entre o banco da frente e o de trás. Os causos são muitos.

No rádio

Passageiro na praça dos Omaguás, PA4 alguém no QAP? Passageiro na praça dos Omaguás à disposição. PA4113, no QAP, próximo ao local. Passageiro na praça dos Omaguás, em frente à Fnac Pinheiros, o nome do passageiro é Beatriz Rey, código 1706, repito, 1706. O QRU é 72655. Em quanto tempo? Ok, 13 minutos até o local!

Adalberto não sabe bem quantas vezes por dia ouve um chamado como esse da rádio-operadora da São Paulo Táxi. Atende, no mínimo, 17 clientes. Quando não está no PA4, um dos 38 Pontos de Apoio da cooperativa, ele transita com seu Palio Weekend branco 2006, unidade 113, por ruas quaisquer. Mesmo se não estiver em seu ponto, as corridas são garantidas pelo rádio-táxi. Por volta das 20h30 de uma quinta-feira, Adalberto busca seu 19º passageiro – sem imaginar que ela o espera há mais de 20 minutos, que naquele horário completava 12 horas de trabalho, que ela ainda precisa lavar roupa, sente saudade de casa e está mal-humorada.

Com voz de locutor de rádio AM, o taxista entoa um "boa noite" capaz de animar qualquer beatriz. O alagoano de Murici acha que sua profissão deve extrapolar a simples condução do passageiro. Se percebe uma dificuldade do cliente, oferece uma solução. Dizer "não" seria má vontade. Além de quebrar o gelo dentro do carro, ele quebra galhos: encontra um caixa eletrônico mais perto, acompanha passageiros ao médico, procura peças de carro, jardineiros ou eletricistas para clientes, espera um homem distinto que tem reunião às 7h cortar o cabelo antes da corrida – taxímetro desligado durante shampoo, tesouras e gel.

O dia de Adalberto começa às 5h30, quando sai de sua casa na Freguesia do Ó, e termina às 22h – com exceção das terças-feiras, dia em que guarda seu Palio mais cedo para namorar. "Não esqueço o dia em que uma mulher entrou no meu carro e me pediu para seguir seu marido, porque achava que ele a estava traindo. Comecei a convencê-la a não fazer isso, tinha que se valorizar. Em dez minutos ela desistiu!" Adalberto ri. Seus olhos verdes chamam atenção. Mas é difícil enxergá-los, já que há uma antiga convenção de que o passageiro deve ir atrás. Isso não impede alguns homens de dar "cantadas" no taxista. "Eles sempre perguntam se sou casado. Querem ver como vou reagir e tal! Digo que não é por aí, mas levo numa boa!"

Formado há 14 anos em economia pela Faculdade Santana, ele não exerce a profissão por falta de oportunidade. Escolheu o táxi em 1991 porque buscava estabilidade financeira. Mas isso não significa que não gosta do que faz. "Eu amo! Adoro conversar com pessoas diferentes todos os dias! Tanto que fiz curso de Relações Interpessoais, Ética, Vendas e Atendimento ao Cliente e seis meses de inglês!"

Na lataria de seu carro está estampado o logotipo da cooperativa à qual é filiado, a São Paulo Táxi. Há dez anos no sistema de rádio-táxi, ele avalia que essa é a melhor maneira de ser taxista. "95% dos meus passageiros vêm da cooperativa. O rádio fica sempre ligado. Tiro mais ou menos R$ 2.500 livres por mês."

Para entrar na São Paulo Táxi é necessário ter os dois documentos básicos exigidos de qualquer taxista: um Alvará de Estacionamento, licença emitida pela prefeitura, e o Condutax, cadastro pessoal e intransferível que habilita o interessado a exercer a atividade. O mínimo de experiência é um ano. Para

Taxistas, a princípio, são motoristas, trabalhadores e pais ou mães de família. Mas podem ser também secretários, amigos, terapeutas...

obter o Condutax o cidadão deve apresentar no Departamento de Transportes Públicos seu RG, CPF, CNH Profissional, comprovante de residência, certidões de distribuição e execução criminal e seu certificado de conclusão do Curso Especial de Treinamento e Orientação para taxistas, oferecido em auto-escolas.

Adalberto espera um homem distinto que tem reunião às 7h cortar o cabelo antes da corrida – taxímetro desligado durante shampoo, tesouras e gel

É difícil obter um alvará. A prefeitura não emite alvarás há cerca de dez anos e não tem intenção de colocar novos na praça. Há 32.766 alvarás válidos na cidade. 3.500 estão com as frotas de táxi, pessoas jurídicas com autorização para explorar o serviço. Como não há previsão de novas emissões, a saída é procurar alguém que queira transferir a licença. Por lei, essa transferência não pode envolver dinheiro. Na prática ele é vendido, não transferido. O mercado dos alvarás gira em torno de quantias grandes. Alguns taxistas entrevistados afirmaram que o mais caro pode chegar a R$ 45 mil. O consenso é que alguns compram, outros vendem e pouco se fiscaliza.

Com os dois documentos em mãos, o interessado é analisado por um psicólogo da São Paulo Táxi, que avalia o estresse, comportamento, conhecimento gerais e de ruas e regiões de São Paulo. O diretor-presidente da empresa, Jorge Spínola, diz que o candidato responde também a um questionário interno, que avalia, entre outras coisas, se o candidato tem boa postura no atendimento aos clientes.

O carro deve ser novo, no mínimo de 2005, e com quatro portas. Preenchidos os pré-requisitos, o taxista assina um contrato com a cooperativa concordando em pagar uma mensalidade de R$ 450 para ter direito a ser sócio cota-parte. Isso significa ser dono de uma espécie de título da cooperativa. Essa "ação" permite ao taxista usufruir de todos os benefícios, incluindo a carteira de clientes, que a São Paulo Táxi oferece.

Além de 38 pontos espalhados pela cidade, a cooperativa tem hoje 230 taxistas, 8 rádio-operadoras, 32 telefonistas, uma secretária, uma faxineira, três pessoas trabalhando no administrativo, três pessoas trabalhando na diretoria, uma psicóloga terceirizada e um presidente, Jorge. 700 empresas contatam diariamente a cooperativa em busca de um meio de transporte. A São Paulo Táxi fornece vouchers de pagamento aos clientes. A média é de 500 boletos mensais por empresa. Eles são preenchidos como cheques pelos passageiros e entregues ao motorista, que os encaminha à base da São Paulo Táxi. As faturas de cada cliente são pagas no banco e a cooperativa repassa o valor integral a seus motoristas. Jorge deixa bem claro que sua entidade não tem fins lucrativos. As despesas da cooperativa são rateadas entre os 230 motoristas em forma de mensalidade.

Adalberto revela outra vantagem do sistema de rádio-táxi: evitar assaltos. "Como você pega passageiros que ligam para lá, é muito difícil pegar um pilantra". Um risco que a empresa corre é de assinar contrato com uma empresa golpista. "Várias empresas-fantasmas já tentaram nos contratar, mas na primeira conversa já pego se é picareta!" O taxista já fez parte também do Conselho Fiscal da São Paulo Táxi. Tentou unir sua formação acadêmica à opção profissional. Acha que o representante da sua categoria, o Sindicato dos Taxistas, deveria promover cursos interdisciplinares. "Vejo taxista por aí administrando tão mal suas finanças. Eles contam 30 dias para ver quanto ganham. Mas nem todos trabalham do mesmo jeito de fim de semana."

Na auto-escola

O professor escreve seu nome na lousa: Marco Antônio. Os tópicos daquela segunda-feira são Administração e Qualidade e Legislação Específica do Táxi. No dia seguinte, mais Legislação. Na quarta ele já avisa, tem prova. "Ah, se der prova eu vou brigar com você!", diz Edgar. Marco Antônio vira o rosto para um homem beirando os 40 anos, cujo cabelo grisalho é escondido pela máquina dois de seu barbeiro. Edgar veste uma camiseta pólo azul-celeste e calça jeans onde pendura seu celular. Funcionário de uma empresa de manutenção de elevadores, veio direto do trabalho para a aula que o habilitará taxista.

O curso exigido pelo Departamento de Transportes Públicos – que deveria atender a questões de legislação e administração – transforma-se no espaço onde os futuros taxistas aprendem alguns macetes do ofício. A prefeitura autoriza auto-escolas a ministrar as aulas. Sento-me numa segunda-feira à noite na auto-escola Jóia, em Perdizes. Depois das 18h30, os carros que passam pelo local dão

lugar ao nada. Ninguém circula pelas redondezas da Jóia a não ser seus alunos. Há 20 deles, todos homens.

"Seu táxi é uma empresa! Precisa ter planilha de custo, planejamento..." O professor se cala enquanto desenha uma tabela na lousa: duas colunas separam as entradas e saídas de dinheiro. Ele continua. "Isso é para quem tem táxi comum. Quem trabalha em frota aluga o carro deles e acorda devendo uns R$ 90 para a empresa! Mas eu sugiro que vocês comecem na frota! Vai que não se adaptam ao serviço?"

A explicação é interrompida: "Posso trabalhar 24 horas para ganhar mais dinheiro?". "Se você tem seu próprio carro, pode, mas ninguém agüenta isso", o professor responde. "Voltando à nossa planilha: procurem sempre lugares mais baratos para comprar óleo. Coloquem peças de qualidade. Nada de made in China!". "Professor, por que nenhuma oficina gosta de taxista?". "Porque todo taxista quer as coisas para ontem, é chorão, traz peça ruim. Se o carro não fica bom, põe a culpa no mecânico!"

Marco Antonio continua a aula: "Vocês precisam oferecer diferenciais. Por que não deixar balinhas no carro para os passageiros? Mas não adianta oferecer o Estadão para um cliente da zona leste! Tem que perceber o público que você vai atingir! É dez vezes mais barato manter um cliente do que perdê-lo." Edgar interrompe: "Um amigo meu pegou um americano que queria comer comida brasileira. O cara levou o gringo na casa dele. Toda vez que ele volta ao Brasil, liga para meu amigo!" Outro aluno conta história: "Uma empresa usava uma cooperativa de táxi e veio uma reclamação para o presidente de que o taxista tinha passado a mão na secretária. O executivo chamou o coordenador do ponto, que negou tudo, em vez de pedir desculpa. Não foi humilde, dançou e perdeu o cliente."

Marco Antonio ouve uma pergunta no meio da balbúrdia: "Quando o taxista morre, o alvará vai pra quem?" A resposta: "Vira patrimônio e vai para o inventário. O Condutax, no entanto, é um cadastro pessoal e intransferível que te habilita a ser taxista. Você tira depois de sair daqui e só vale no seu município. "Mas, professor, e se eu levar um passageiro ao aeroporto de Guarulhos?" "Tudo bem, porque você o pegou em São Paulo. Mas se um taxista de lá quiser buscar passageiro aqui, não pode. Só se foi previamente contratado. Não vale acordo verbal. Sabe o que não pode também? Pegar passageiro a 100 metros do ponto de outros taxistas."

"Professor, por que nenhuma oficina gosta de taxista?" "Porque todo taxista quer as coisas para ontem, é chorão, traz peça ruim. Se o carro não fica bom, põe a culpa no mecânico!"

O professor instrui: "Vocês sabem que precisam de uma foto 2x2 pra tirar o Condutax, né? Mas não vão fazer como os motoboys que pegam uma 3x4 e cortam com a tesoura para diminuir. Vem um monte de foto de gente sem orelha!" Edgar ri: "Mas a orelha é o de menos, ele usa capacete!"

A piada de Edgar é interrompida pelo sinal. Hora do intervalo para os alunos, fim do meu período dentro da sala. Diversas rodinhas de pessoas se formam fora da auto-escola. Raul, 39 anos, está desempregado há seis meses. Baixinho, um pouco acima do peso, me pede indicações de emprego. Seu último serviço foi como comprador, mas gosta mesmo é de edição e restauração de imagens. Investiu no táxi para ter uma alternativa caso não consiga trabalho nessa área. Wilson, 24 anos, estudante de Engenharia Mecatrônica, freqüenta as aulas apenas para alugar o alvará – algo que conseguirá depois de obter o Condutax. O sinal bate.

Os alunos voltam para a sala, menos um magérrimo, de cabelos brancos e fala calma. Luiz beira os 60 anos. Paro ao seu lado. "Sabe por que tô aqui? Um amigo pagou para mim", começa. "Ah é?" "Sou desempregado. Estou na fila do INSS para pegar auxílio-doença. Era motorista duma empresa, deu problema na mão, desligamento dos tendões. Tive de sair."

"Nossa! Mas melhorou?" "Comecei fisioterapia hoje. Minha mulher não trabalha, tenho um filho, 14 anos. Preciso do dinheiro do INSS. Fui despejado, sabia?" "Deus! Quando?" "Assim que fui demitido. Deram um mês pra sair. Fui para uma casa menor, 300 reais de aluguel. Tomo seis remédios além da injeção", diz. "Você não pode trabalhar com algo que não precise da mão?" "Filha, não consigo nem preencher ficha de emprego, nem dá para escrever meu nome." Suspira fundo, abaixa a cabeça. "Mas sou evangélico. Deus me ajudará." Meneio positivamente a cabeça. Encostada no carro, observo esse senhor de camiseta branca se perder dentro da auto-escola. Os causos estão vivos.

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

A CONSULTORIA QUE FAZ A DIFERENÇA

O DESAFIO



A SOLUÇÃO



O RESULTADO



FGV Projetos, a consultoria da Fundação Getulio Vargas
Contamos com o conhecimento gerado pelas Escolas de Administração, de Economia e de Direito da FGV.
Temos os maiores especialistas do Brasil, prontos para apoiá-lo na busca do sucesso do seu negócio.

Gestão Estratégica ▫ RH ▫ TI ▫ Gestão Tributária ▫ Análise Econômica ▫ Finanças

Rio de Janeiro
Praia de Botafogo, 190 6º andar 22250-900
RJ Brasil
(5521) 2559-5424 (5521) 2559-6061

São Paulo
Av. Paulista, 548 8º andar 01310-000
SP Brasil
(5511) 3281-7784 (5511) 3281-7891

www.fgvprojetos.fgv.br fgvprojetos@fgv.br



A CONVERSA PARADOXAL DE L & B EM NOVA YORK

As obras de Jean-Michel Basquiat e de Lygia Clark, expostas lado a lado no MoMA, Museum of Modern Art, de Nova York, são o pretexto para esse devaneio do escritor gaúcho

Por Alfredo Aquino

Na penumbra noturna do museu de Nova York, apenas as luzes pontuais de segurança testemunham o encontro das duas fantasmagorias. Silenciosamente alheias ao rumor diurno dos sussurros e ao agora inexistente ecoar dos passos dos visitantes nas salas expositivas, antes iluminadas e apinhadas de gente. No momento existe apenas o silêncio dos túmulos e o frescor da climatização do ambiente controlado.

No cenário sombrio estão, frente a frente, a escultura articulada em dobraduras metálicas, superfícies anguladas, refletindo em chapa nua a pouca luminosidade, ocultando sombras profundas, sem nenhuma camada de pintura; e a pintura de grande formato, povoada de inscrições em dialetos urbanos, intensa estética da figuração das ruas dos guetos, em óleo de excelente qualidade de fatura sobre o tecido espesso da tela.

Frente a frente, igualmente, os fantasmas de L. e de B.

Uma reunião no não-tempo dos dois artistas de gerações, pensamentos e continentes diversos que nunca tinham se encontrado antes.

Os dois fantasmas flutuam nas cercanias de suas obras, gravitando em torno delas num balé sem música, enquanto se encaram com o tédio conformado da eternidade. "Sou L. venho do Brasil, morei durante algum tempo em Paris, morri em 1988, como talvez você até saiba. Sei também quem é você, o famoso pintor B., que morreu jovem, acidentalmente. Lamento muito", apresenta-se L. com segurança.

L. falecera no Rio aos 68 anos, fora artista significativa e corajosa dos movimentos artísticos da segunda metade do século 20 e suas propostas estimulantes recebiam reconhecimento nos grandes centros culturais contemporâneos do mundo. Daí a presença de suas obras em vários museus dos pontos mais variados do planeta.

L., que não fora de viajar muito, agora como fantasmagoria célebre ia a vários locais distantes. Chegara há pouco de Santiago do Chile, onde gostara do museu recém-inaugurado e de conversar com outros fantasmas de artistas que por lá circulavam.

"É, foi lastimável mesmo. Naquela época tudo ia bem para mim. Foi chato, tinha muito a fazer e virar fantasma assim, tão rapidamente, não estava nos meus planos", responde B. com melancolia.

B. morrera de overdose de drogas com apenas 27 anos em 1988, em Nova York, no início de um estrelato fulgurante com a sua pintura, original, alegre, povoada de ícones e de textos, garatujas e grafites, de construção dita "jazzística", segundo críticos mais entusiasmados. Tornara-se um herói negativo, um daqueles que perderam algo, impedidos instantaneamente de realizar todo o seu potencial, mas que permanecem mitos. B. tornara-se um fantasma mas não se percebera direito nessa nova condição. Tentara em vão interferir no universo dos vivos e aos poucos entendera que podia circular livremente por onde estava a sua obra e até conversar com outros fantasmas que encontrasse vagando por ali, no espaço virtual, mas nunca poderia ser visto ou comunicar-se com o espaço da natureza tangível.

"Por que você ainda fazia a pintura?", dispara L. em sua voz de fumaça, curiosa.

"Por que você já não pintava ou nem fazia mais as suas esculturas, tia?", retruca B., irônico e provocativo, da aristocracia de sua juventude truncada.

"Eu já tinha superado a vaidade e o hedonismo, queria fazer com que todos se sentissem artistas, intensos, vivos, participativos... Eu passei a ser uma não-artista, ocupada com outros conceitos, mais complexos", responde L. na defensiva, atacando, na sua linguagem universal, um pouco em espanhol e um tanto em francês, algo um pouco estranho para uma mineira tão carioca.

Nova-iorquino, B. descendia de haitiano e porto-riquenha, entendia bem o francês do pai e falava fluentemente o espanhol materno. Eram as suas línguas nas ruas, com o inglês da grande metrópole.

"Pode ser, tia… mas é paradoxal. Nem todos são artistas, como nem todos podem ser médicos, ou dentistas ou até mesmo policiais. Você não teria gostado, viva, de ser atendida por um não-médico, por um não-dentista num caso agudo, numa emergência… Não é verdade? Além disso, nos locais por onde circulo agora, museus e exposições onde estão as minhas pinturas, encontro, de vez em quando, os seus trabalhos. Muito bons os seus Bichos, e percebo que as pessoas que não são artistas se surpreendem, gostam e comentam entre si… em Berlim, Paris, Barcelona, aqui mesmo em Nova York. E ninguém fala que você é uma não-artista, falam que a obra é muito boa, elogiam muito", completa B., suavemente.

"Paradoxo é fazer pintura quando se sabe que a pintura já estava morta e enterrada há tanto tempo… E não me chame mais de tia! Aliás, você saiu do jogo cedo demais, no mesmo ano que eu, mas sem viver a vida, integralmente", responde L., com certa aspereza.



Bicho, 1984. Aço inoxidável, 45 x 50 cm

"Ahhh, tia… foi um brutal erro de cálculo! Mas os que compraram a minha pintura acertaram direitinho nos seus próprios cálculos, confiaram nos seu nariz… e resultaram satisfeitos e muito ricos", diverte-se B., soltando gargalhada fantasmagórica. "Agora, paradoxo mesmo é dizer que a pintura e a arte estão mortas, e testemunhar os museus cada vez mais cheios de gente interessada, aqui e em todos os lados dos oceanos…", completa B., ainda rindo de maneira sobrenatural.

"Minino…", escapa com sotaque mineiro a expressão da fantasmagoria internacional, "…nem todos puderam entender completamente o que fiz na continuidade, uma forma artística de expressão etérea, muito original, criada pelos sentidos dos próprios participantes, com as suas presenças, com o seu tato, com a percepção das texturas diversificadas, das temperaturas cambiantes dos objetos e dos ambientes, tudo aquilo que não se percebe habitualmente… isso também deve ser encarado como arte."

Sentia-se certa inconformidade nas palavras exaltadas da fantasma.

"Veja as bienais de arte e as escolas de arte contemporânea nos melhores centros, acabou tudo isso, nesses lugares não existe mais a pintura, o desenho e a escultura con-

Bicho, 1960
alumínio 17 x 26 x 14.5



Bicho (maquete), 1960
alumínio 20 x 18 x 20 cm



Bicho – Monumento a todas as situações, 1962
alumínio 21 x 22 x 22 cm





Sem título (Santo), 1982. Acrílico e tinta de óleo em barra sobre linho, 180 x 381 cm

vencionais, ensinam-se e discutem-se outras coisas, tudo mais próximo ao jeito que eu fazia… não será esse um novo caminho, a nova luz?", continua L., com severidade nos argumentos de sua esgrima.

"Pode ser, tia… pode ser, mas o que vejo concretamente é o interesse e o entusiasmo com que todos manipulam suas esculturas, os Bichos, que se fazem tão bonitos quando essas pessoas redescobrem neles novas formas nos desdobramentos e nos planos que vão mudando pelos gestos, nas trocas das luzes e das sombras… a gente pode dizer que são esculturas, não é mesmo…?", comenta sorridente o fantasma mais jovem.

O fantasma de L. fixa um olhar gelado e inquisidor sobre o fantasma de B. Difícil contestar, e ela era uma fantasmagoria sensível aos comentários também positivos e surpreendidos do público acerca a pintura vigorosa de B. Não podia negar ou menosprezar isso.

O público aparentemente gostava do que via: todos os dias cada vez mais gente vinha observar o seu trabalho e aquela pintura esquisita mas bem interessante, que ela julgava extemporânea, mas que reunia tanta gente à sua frente. Vinha gente de todos os cantos, raças e etnias, que analisava o trabalho de ambos. Ora o de um, ora o do outro, com atenção. Invariavelmente assim, todos os dias.

Arroz com pollo, 1981. Acrílico e tinta de óleo em barra sobre tela, 172,7 x 213,4 cm



L. continuava a considerar tudo aquilo um estranhamento e um paradoxo.

Pelo outro lado, o fantasma está bem mais leve, percebe-se até um sorriso sutil na fumaça azulada de B.

As duas névoas esvanescentes ficam se olhando através de suas próprias obras, agora em silêncio absoluto. Dentro de umas poucas horas o museu estará aberto, repleto de gente, muitos sussurros e a paradoxal perpetuidade da presença daqueles dois artistas, consagrados pelo reconhecimento internacional, tangibilizada nas obras expostas e descritas com informações minuciosas nas etiquetas museográficas.

Alfredo Aquino é artista plástico e escritor. O livro de contos A fenda *(Iluminuras), sua primeira incursão em ficção literária, será lançado este mês.*

RELAXE: O CAOS AÉREO É O CUSTO DO SUCESSO

Por Carlos Costa

Perdi a cena, pois naquela noite de quarta-feira, 13 de junho, me encontrava no aeroporto Santos Dumont, no Rio, à espera do vôo de regresso a São Paulo, atrasado em duas horas. Acabara de visitar o FGV-Opinião e levantara dados para textos desta edição. Mas a fala da ministra foi repetida ad nauseam nos jornais e noticiários de TV dos dias seguintes. Diante do caos, a receita seria relaxar e gozar, "porque você esquece todos os transtornos depois". Passados oito dias, outro ministro acrescentaria seu toque pessoal à receita: a crise aérea seria o "preço do sucesso" e o atraso dos vôos era compreensível devido à prosperidade de nossa economia.

Poderia discorrer aqui sobre a falta de compostura de nossos ministros. Afinal, a responsável pela pasta do Turismo foi pessoa séria em início de carreira. Psicanalista em formação na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, conviveu com nomes da envergadura de Felicidade Castelo, por exemplo. Depois protagonizou na televisão um programa de divulgação que prestou bons serviços às mulheres. Mas isso foi antes de se converter na "dama da Rua Grécia", atração no partido dos então proletários trabalhadores. Depois vieram o casamento para as câmeras da revista *Caras* e essas frases que servem de delírio para cartunistas e colunistas. Já o ministro se celebrizou por ser o sogro de um ator da TV Globo. Mas deixemos ironias de lado.

Melhor é refletir sobre o fascínio que as câmeras e holofotes da mídia exercem sobre autoridades – e também sobre o público em geral. Pois quem já não presenciou o repentino entusiasmo de um desanimado grupo de manifestantes quando chega o carro de "reportagem" de uma emissora de TV? E se esse carro for da TV Globo, então, os manifestantes gastarão os pulmões para lançar gritos e palavras de ordem. Pois todos aprendemos, como ensina a ensaísta argentina Beatriz Sarlo, a "sintaxe da televisão". E, se não houver barulho e movimento, a cena não irá ao ar. Como escreve Sarlo, a TV vive da sucessão interminável de imagens de alto impacto sobre temas de baixa complexidade (a cratera da linha amarela do metropolitano de São Paulo é um bom exemplo disso: sabemos o que é uma cratera, o que representa uma Kombi com sete ocupantes soterrados – essa é a baixa complexidade. E como a fatalidade desse acidente aconteceu na maior cidade brasileira, complicando o trânsito de avenidas marginais, é de alto impacto. E a televisão transforma o que em si é notícia secundária em um show e espetáculo que lhe asseguram audiência).

A televisão e a mídia em geral "simulam", fazem as vezes das instituições. Na telinha, tudo se resolve com fórmulas mágicas, até a falta de pulso e autoridade de um governo que permite militares fazerem greve – algo que parece proibido pela Constituição. Há programas de televisão, discorre Pierre Bourdieu em seu livrinho *Sobre a Televisão*, em que em meia hora especialistas apontam saídas para o país, analisam crises muito mais graves do que o caos aéreo e, ao final, o apresentador ou mediador resume, solene, em um minuto, a receita infalível para sair da crise. A própria criação da figura do "especialista", analisa Bourdieu, é uma imposição da mídia para sua auto-referência. A proposta é boa pois foi ditada por alguém com reconhecido saber.

Assim, não é de estranhar que, diante da luz do cinegrafista ou do gravador do repórter, nossas autoridades não peçam tempo para refletir. Querem, em 30 segundos de fala (esse é o padrão de edição das falas na TV), explicar o que não conseguiriam em um curso de pós-graduação de 15 encontros-aulas. Mas, nesse caso, a crise aérea deixaria de ser assunto de baixa complexidade. Passaria para o time da alta complexidade e baixo impacto – e a mídia foge dessa seriedade como o diabo, em tempos passados, fugia da cruz.

FIM

GV*LAW* .
UMA DAS MAIORES INSTITUIÇÕES DE DIREITO DO PAÍS AGORA COM O CEP DA SUA CIDADE.

O GV*law* – Programa de Especialização e Educação Continuada da Direito GV – atua na Rede de Conveniados do FGV Management desde o segundo semestre de 2004, em especial nas principais cidades do interior de São Paulo e Paraná. A partir do segundo semestre de 2007, o GV*law* também oferecerá nessas cidades os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito Empresarial e Direito Tributário, com a mesma qualidade e corpo docente dos cursos oferecidos na capital de São Paulo.

REDE DE CONVENIADOS

Strong:
Santos: (13) 3228-6000 – www.strong.com.br
Santo André: (11) 4433-6166 – www.strong.com.br
Alphaville: (11) 4688-1199 – www.alphastrong.com.br

Conexão:
São José dos Campos: (12) 3941-8524 – www.conexaofgv.com.br
Guarulhos: (12) 3941-8524 – www.conexaofgv.com.br

Business Institute
Campinas: (19) 3739-6420 – www.bifgv.com.br

COC
Ribeirão Preto: (16) 3603-9850 – www.coc.com.br

ISAE
Curitiba: (41) 3321-7800 – www.fgvpr.br

Trecsson
Maringá: (44) 3029-1162 – www.trecsson.com.br

FGV
GVlaw
www.gvlaw.com.br

GV. Porque em Direito duas letras mudam tudo.



Marca de pioneirismo e excelência, a FGV criou, em 2005, o curso de Graduação em Direito com o objetivo de propor inovações constantes no ensino e na pesquisa do Direito. As reformas institucionais pelas quais o Brasil vem passando nas últimas duas décadas, além da marcante presença no cenário do comércio internacional, despertaram a atenção para a urgente necessidade da redefinição dos conteúdos das áreas clássicas do Direito, de modo a atender a demanda por serviços jurídicos diferenciados. Ao criar a DIREITO GV, a FGV vai ao encontro das necessidades do País, fortalecendo um vínculo, que já dura mais de meio século, entre a instituição e a sociedade brasileira.

DIREITO GV. A GV de quem faz Direito.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

DIREITO GV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

www.direitogv.com.br